



2005

Fundação Itaipu - BR
de Previdência e Assistência Social
Relatório Anual

Caio Coronel / Itaipu Binacional



A CAMINHO DA MATURIDADE, COM MUITA SAÚDE

Em abril de 2006, a FIBRA comemora 18 anos. Criada em 1988, a Fundação atinge a maioridade com muita energia, vitalidade e saúde, ultrapassando R\$ 1,1 bilhão em ativos, com mais de R\$ 140 milhões de superávit e pagando R\$ 40 milhões anualmente de benefícios a 790 assistidos.

Esses números são produto de esforço, profissionalismo e dedicação de uma equipe técnica comprometida, de uma administração ética e transparente e de uma Diretoria e Colegiados voltados para a preservação do interesse maior dos participantes.

A confortável situação da Fundação permitiu, inclusive, que a FIBRA passasse a reconhecer o aumento da expectativa de vida dos participantes, expresso pela tábua de mortalidade AT-2000, que prevê, aos 55 anos, uma expectativa de vida de até 85 anos, estando a FIBRA entre as fundações mais conservadoras do País nesse quesito.

O conservadorismo por parte da FIBRA dá maior tranquilidade aos participantes, pois a Fundação está provisionando mais recursos em seu balanço para pagar os benefícios por mais tempo, por meio da eficiente gestão do ativo e do passivo. Nos últimos 5 anos, esta é a 3ª modificação do parâmetro de expectativa de vida, o que mostra o avanço na segurança e no equilíbrio do plano de benefícios.

A esse avanço, somam-se as alterações introduzidas no Regulamento e na política de investimentos, a Gestão Corporativa, pelo compromisso com o sistema de Qualidade certificado pela ISO 9001, a visão de futuro introduzida no Planejamento Estratégico e a prática da Responsabilidade Social.

Enfim, às vésperas de completar 18 anos, a FIBRA apresenta números equilibrados, cumprindo sua missão de garantir um futuro tranqüilo àqueles que tanto contribuíram para a grandiosidade da Patrocinadora ITAIPU.

RESULTADOS DE 2005

Os resultados da FIBRA em 2005 superaram, novamente, a meta atuarial: superávit acumulado de R\$ 141,3 milhões e rentabilidade de 19,03%, maior do que a meta atuarial de 11,35% (INPC + 6%).

O superávit acumulado, fruto da evolução do Ativo Líquido e do Passivo Atuarial da Entidade, está abaixo demonstrado:

Reservas	2004 R\$ Mil	2005 R\$ Mil	Varição R\$ Mil	Varição
Provisão Matemática (1) (Passivo Atuarial)	848.054	991.756	143.702	16,95%
Reserva de Benefícios Concedidos	398.855	427.739	28.884	7,24%
Reserva de Benefícios a Conceder	496.069	613.663	117.594	23,71%
Reserva a Amortizar	(46.870)	(49.646)	(2.776)	5,92%
Ativo Líquido (2)	951.741	1.133.085	181.344	19,05%
Resultado Acumulado	103.687	141.329	37.642	36,30%

(1) Passivo Atuarial (denominado Provisão Matemática): representa o valor atual dos compromissos com benefícios já concedidos e a conceder, já descontada a expectativa de recebimento de contribuições futuras.

(2) Ativo Líquido representa a parcela líquida do patrimônio reservada especificamente para a cobertura dos compromissos com benefícios concedidos e a conceder, já descontadas as provisões.

O acréscimo no Passivo Atuarial, de R\$ 143,7 milhões, se dá por fatores normais, como o crescimento salarial, o reajuste dos benefícios e a aproximação da data de aposentadoria dos participantes, compromissos que demandam maior provisão de recursos. No exercício de 2005, outros fatores contribuíram para o aumento do Passivo Atuarial, como, por exemplo, o acréscimo de R\$ 27,6 milhões em decorrência de a FIBRA ter adotado uma expectativa de vida ainda mais conservadora, mudando a tábua de mortalidade geral da AT-83 para AT-2000.

Observa-se que o Ativo Líquido teve evolução ainda maior do que o Passivo Atuarial, de R\$ 181,3 milhões no exercício, atingindo o expressivo número de R\$ 1.133,1 milhões, ultrapassando, assim, a casa de um bilhão de reais. Esse aumento de 19,05% no Ativo Líquido em relação ao exercício anterior teve a seguinte composição:

Ativo Líquido em 2004	R\$ 951,8 milhões
(+) Rendimentos líquidos dos investimentos previdenciais	R\$ 165,6 milhões
(+) Efeito patrimonial positivo da atualização da rescisão da dação em pagamento	R\$ 14,1 milhões
(+) Saldo previdencial positivo (receitas > despesas previdenciais)	R\$ 1,6 milhão
(=) Ativo Líquido em 2005	R\$ 1.133,1 milhões

Receitas de Contribuições Previdenciais

A FIBRA recebeu R\$ 42,3 milhões de receitas previdenciais, oriundas da Patrocinadora e dos participantes ativos e assistidos, o que representou acréscimo de 9,35% em relação ao exercício anterior, fruto apenas da elevação dos salários de contribuição dos participantes ativos (reajustes, promoções por mérito, etc.), uma vez que a alíquota de contribuição não foi alterada em 2005.

Origem da Contribuição	2004 R\$ Mil	2005 R\$ Mil	Varição
PATROCINADORAS	Normal	19.139	8,13%
	Suplementar	2.960	8,13%
	Subtotal	22.099	23.896
PARTICIPANTES	Ativo	11.226	13,46%
	Autopatrocinador	376	18,88%
	Aposentado	3.407	4,55%
	Jóia, Taxa de Inscrição e Outras	1.606	5,23%
	Subtotal	16.615	18.436
TOTAL	38.714	42.332	9,35%

Despesas Previdenciais com Pagamento de Benefícios



As despesas com pagamento de benefícios atingiram R\$ 40,7 milhões em 2005, um acréscimo de 6,23% em relação ao ano anterior. Esse acréscimo se deve à concessão de novos benefícios e aos reajustes dos benefícios concedidos em novembro de 2005. O crescimento mais expressivo no período se deu no pagamento de pensões. Foram concedidas 10 no exercício, sendo 5 pelo falecimento de empregados ativos e 5 de aposentados.

Arneldo Weimer - Assistido

Tipo de Benefício	2004 R\$ Mil	2005 R\$ Mil	Varição
MENSAL CONTINUADO	Aposentadoria	34.064	4,58%
	Pensão	3.962	20,62%
	Auxílio-Reclusão	13	5,42%
	Subtotal	38.039	40.416
PAGAMENTO ÚNICO	Resgate de Contribuição	303	3,30%
	Auxílio-Funeral	1	300,00%
	Subtotal	304	317
TOTAL	38.343	40.733	6,23%

A diferença entre os R\$ 42,3 milhões de receitas e os R\$ 40,7 milhões de despesas gerou, em 2005, um saldo positivo de R\$ 1,6 milhão de contribuições previdenciais, o que posiciona a FIBRA no estágio de maturidade econômico-financeira (equivalência entre contribuições e pagamento de benefícios). Destaque-se que a Fundação adota o regime de capitalização, podendo em tese operar até mesmo sem receita previdencial, desde que o Ativo Líquido seja suficiente para honrar os compromissos atuais e futuros.

Rentabilidade da FIBRA

Os investimentos renderam 19,03% em 2005, tendo superado as necessidades atuariais. Esse resultado foi possível em função da política de diversificação dos ativos com diferentes indexadores e em diferentes mercados. Tal política gerou rendimento líquido positivo de R\$ 165,6 milhões, já descontados os custos de CPME, custódia, depreciação dos imóveis e honorários advocatícios. O quadro abaixo permite a visualização dos índices de rentabilidade obtidos, comparados aos benchmarks de cada um dos mercados em que a Fundação atua:

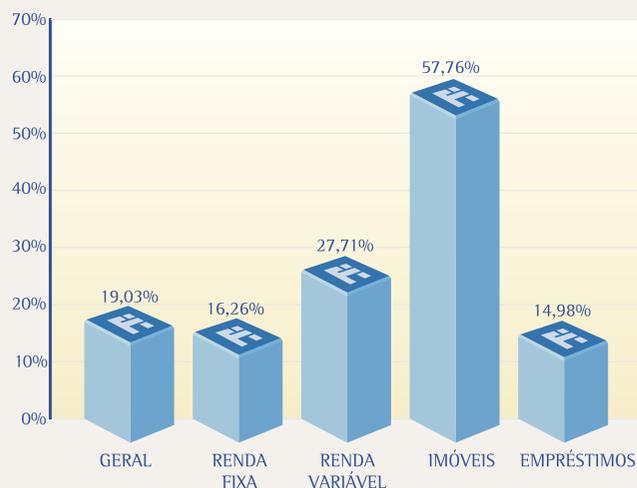
Segmentos	Rentabilidade obtida pela FIBRA	Parâmetros comparativos de mercado	
Geral	19,03%	RMA (INPC + 6%)(1)	11,35%
		RMA (var. salarial + 6%)	15,39%
Renda Fixa	16,26%	CDI	18,99%
		IMA Composto(2)	14,56%
		IBOVESPA	27,80%
Renda Variável (3)	27,71%	IBRX-50	38,15%
		40% IBOV + 60% IBRX-50	34,01%
		Imóveis	57,76%
Empréstimos aos participantes	14,98%	RMA (INPC + 6%)	11,35%

(1) Índice que compreende a variação do INPC de janeiro de 2005 a dezembro de 2005, acrescido de 6%.

(2) O IMA (Índice de Mercado Andima) Composto é um índice que pondera os diversos grupos de risco de mercado de acordo com a alocação definida para a carteira da FIBRA com os subíndices correspondentes da família IMA.

(3) A rentabilidade da Renda Variável contempla a manutenção de hedge (seguro) como mecanismo de proteção contra grandes quedas da bolsa, a um custo anual de aproximadamente 5%.

Rentabilidade das Carteiras



Parâmetros Comparativos de Mercado



Administração dos Investimentos

Situação do mercado financeiro em 2005

Em 2005, o cenário internacional foi favorável aos países emergentes. A economia mundial aquecida aumentou a demanda por exportações brasileiras, e o ajuste das taxas de juros em países industrializados foi pequeno e gradual, incentivando, assim, o apetite por risco dos investidores internacionais. Mas esse cenário positivo não se refletiu na economia brasileira com todo seu potencial, em razão do conservadorismo demonstrado pelo Banco Central ao longo de 2005 que, para conter a inflação, elevou a taxas de juros, reduzindo com isso o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Os efeitos recessivos da política monetária foram reduzidos pela expansão do crédito e pelas intervenções do BC para evitar a valorização cambial.

Foram registrados avanços institucionais importantes nos últimos anos, e a gestão fiscal e os resultados em contas externas devem continuar apresentando bons resultados. A indústria foi o setor da economia que apresentou a maior taxa de crescimento em 2005, em torno de 2,60%.

Decisões de investimentos da FIBRA em 2005

A FIBRA busca a alocação adequada para os investimentos, fazendo um balanceamento entre risco e retorno com vistas à cobertura do fluxo de seu passivo atuarial ao longo do tempo. Essa estratégia consta da sua Política de Investimentos, aprovada pelo Conselho Deliberativo, e utiliza modernas técnicas de ALM (*Asset Liability Management*), com modelo estocástico (modelo estatístico sofisticado), para melhorar a previsibilidade do desempenho e do risco da carteira no longo prazo, o que permite definir, com maior precisão, a alocação de ativos entre os diferentes segmentos e indexadores de mercado.

Rendimentos obtidos em renda fixa

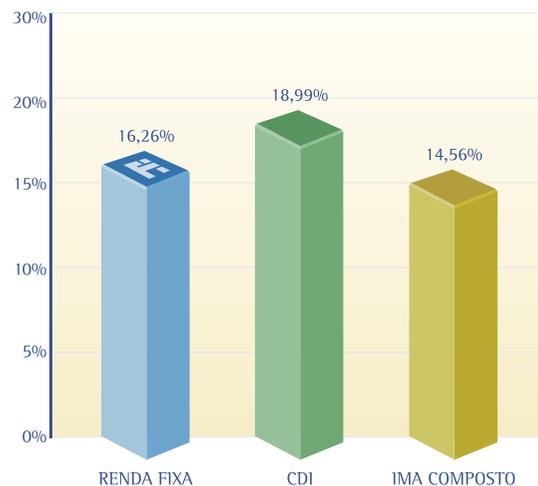
Em 2005, a FIBRA obteve 16,26% de rentabilidade nesse segmento, o que corresponde a 85,62% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que foi de 18,99%. A principal razão da carteira de renda fixa não ter alcançado o CDI foi o comportamento do Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M), índice que corrigiu em média 25% dos ativos da carteira de investimentos da FIBRA durante o ano. O IGP-M acumulou rentabilidade de 1,21% no ano, enquanto o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulou 5,05%. Mesmo assim, a rentabilidade acumulada da carteira de renda fixa foi muito superior à meta atuarial, contribuindo para o superávit de 2005.

O segmento de renda fixa foi fortemente influenciado pela elevação das taxas de juros, que chegaram aos níveis de 19,75% a.a. Diante do cenário apresentado, a FIBRA optou por priorizar a aquisição de Títulos Públicos Federais pré e pós-fixados, observando os limites estabelecidos pelo estudo de ALM. No segmento de títulos privados, as alocações, em valores menos significativos, foram direcionadas para fundos de recebíveis e fundos mútuos de crédito com gestão especializada, à exceção da carteira de Certificado de Depósito Bancário (CDB). Depois de definido e aprovado um novo critério de risco de crédito para instituições financeiras, a FIBRA passou a operar com CDBs em meados de junho de 2005, com uma carteira diversificada e conservadora.



Comitê de Investimentos

Renda Fixa



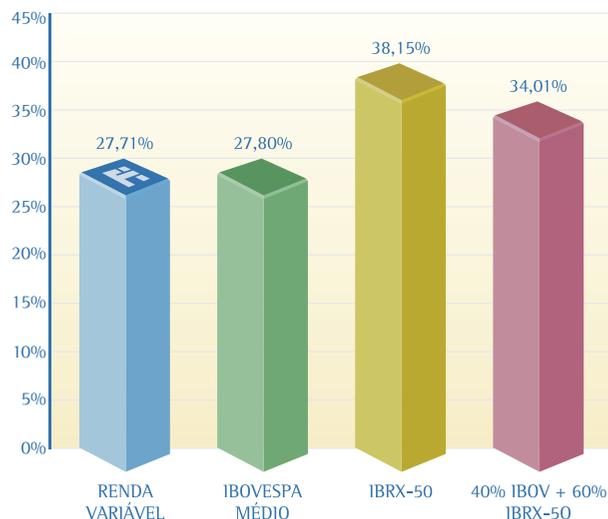
Rendimentos obtidos em renda variável

A rentabilidade da carteira de renda variável em 2005 foi de 27,71%, abaixo da meta estabelecida para o segmento, que seria de 34,01% (60% do IBRX-50 + 40% do Ibovespa). Isso se deve ao custo da estratégia de hedge* (seguro), que limita as perdas quando o mercado está em baixa, mas perde valor na medida em que o mercado se valoriza. Desconsiderando-se os custos do hedge, a rentabilidade do segmento de renda variável seria de 32,82%.

No ano, foram realizadas novas operações de hedge, visando manter a proteção integral da carteira de renda variável. Esse mecanismo busca manter a rentabilidade assegurada em níveis previstos em contratos, sem limitar os ganhos diante da possibilidade de crescimento da economia brasileira ou reduzir os riscos na hipótese de ela ser afetada por crises internas ou externas. Ao final de 2005, a carteira contava com as seguintes proteções contra as variações do Ibovespa: 17,24% da carteira aos 31.000 pontos, 41,38% aos 30.000 pontos, ambas com vencimento em dezembro de 2006, e 41,38% aos 29.000 pontos, com vencimento em fevereiro de 2006.

*Hedge: mecanismo utilizado por operadores do mercado financeiro para se resguardarem contra a flutuação de preços.

Renda Variável



Rendimentos obtidos em Imóveis

Reavaliação Imobiliária

A carteira de imóveis apresentou rentabilidade de 57,76%, oriunda não somente dos valores de locação recebidos, mas também da reavaliação dos correspondentes ativos, a qual, por obrigação legal, é realizada a cada 3 anos. Tal reavaliação agregou R\$ 5,2 milhões ao resultado. O valor contábil da carteira foi atualizado para R\$ 21,6 milhões, obtendo-se um crescimento do patrimônio na ordem de 32%.



CCI - Centro Comercial Itália

Novo critério para avaliação de bancos e definição de limites operacionais

Em 2005 foram introduzidas melhorias nos critérios para avaliação de bancos e definição de limites operacionais, passando-se a adotar:

- (i) exigência de no mínimo duas avaliações diferentes de empresas de rating (empresas que se dedicam à avaliação e classificação de títulos e outros ativos em função do risco);
- (ii) elevação dos parâmetros de corte (RISKBank, liquidez e Basileia);
- (iii) classificação mínima correspondente ao “BBB.bra” estável;
- (iv) limite de 10% da carteira de investimentos para aplicações em títulos bancários; e
- (v) restrição de 1% por emissor.

Implantação da plataforma de negociação eletrônica - CetipNet

Em dezembro, a FIBRA deu início à implantação da Plataforma de Negociação Eletrônica de Títulos Privados (CetipNet). Esse método traz mais transparência às negociações e melhor registro dos processos, pois fornece relatórios que registram cada aplicação com o histórico e horário de cada evento comandado individualmente pelos participantes da cotação.

Origem e Destinação dos Recursos da FIBRA

Os dados a seguir disponibilizam informações relevantes acerca da origem e destinação dos recursos da FIBRA, incluindo participantes, patrocinadora, governo, empregados e fornecedores, e demonstram, assim, o cumprimento do papel social da Fundação:

Origem dos recursos		Valores em R\$ mil	
Contribuições previdenciárias	Contribuições previdenciárias dos participantes	18.436	18,29%
	Contribuições previdenciárias das Patrocinadoras	23.896	
Investimentos	Resultado líquido dos investimentos antes dos impostos	167.508	78,49%
	Atualização da rescisão da dação em pagamento	14.163	
Outras	Contribuição da Patrocinadora para custeio administrativo	7.441	3,22%
	Outras receitas	6	
Total da origem dos recursos		231.450	100,00%

Destinação dos recursos		Valores em R\$ mil	
PARTICIPANTES	Participantes Assistidos (valor líquido de aposentadorias, pensões, auxílio-reclusão, excluindo o imposto de renda)	35.365	93,77%
	Ex-participantes (Resgate de contribuições)	313	
	Participantes em geral (aumento nas reservas para pagamento de benefícios futuros)	143.703	
	Participantes em geral (formação de superávit de 2005)	37.642	
GOVERNO (Recolhimento de Tributos)	Decorrente da condição de fundo de pensão (PIS, COFINS, CPMF, TAFIC)	933	3,11%
	Decorrente da condição de empregador e contratante (IR, INSS, FGTS, Sal.-Educação, etc.)	1.201	
	Decorrente do pagamento de aposentadorias e restituições (IR)	5.055	
EMPREGADOS	Salários, férias e 13º salário (descontados IR e INSS)	2.210	1,41%
	Vale Refeição	182	
	Saúde – Pamho	158	
	Auxílio à Educação	30	
	Capacitação e desenvolvimento profissional	63	
	Participação nos resultados	204	
	Previdência privada	378	
	Seguro de vida em grupo	26	
Auxílio creche	4		
FORNECEDORES	Atuário, advogados, auditorias, administração dos investimentos, comunicação social, manutenção de equipamentos e software.	805	0,35%
DIVERSOS	Aluguéis, material de expediente, água, luz, telefone, serviços gerais, despesas bancárias.	678	0,28%
Constituição do Fundo Administrativo no exercício (sobra rec. Adm)		2.500	1,08%
Total de recursos destinados (1)		231.450	100,00%

(1) Não inclui despesas com custódia, depreciação imóveis e despesas de investimentos

FATOS RELEVANTES DE 2005

Atuação da FIBRA com seus Participantes

Abrangência da proteção social

A proteção social concedida pela FIBRA abrange 6.318 vidas, aqui incluídos os participantes ativos (1.530), aposentados (669), pensionistas (120), autopatrocinados (4), em vesting (12) e respectivos beneficiários (3.992).

Pagamento de benefícios

Em dezembro de 2005, a FIBRA possuía 790 participantes assistidos, dos quais 669 aposentados, 120 pensionistas e 1 em auxílio-reclusão. Durante o exercício, foram pagos R\$ 40,7 milhões em benefícios continuados aos aposentados e pensionistas. Desde a sua criação, há 18 anos, a FIBRA injetou mais de R\$ 424 milhões na economia (valores atualizados pelo INPC), por meio de pagamento de benefícios continuados, o que certamente tem promovido efeito multiplicador considerável.

Diálogo com participantes e com a patrocinadora

Com o intuito de ampliar o diálogo da FIBRA com seus participantes e Patrocinadora, o Conselho Deliberativo constituiu um grupo de trabalho composto por representantes da FIBRA (a quem compete a coordenação), da ITAIPU e dos Colegiados e Sindicatos, a fim de avaliar o Plano de Benefícios da Fundação. Alguns assuntos discutidos e consensados pelo Grupo de Trabalho – GT, já se refletem nos demonstrativos de resultados de 2005, especialmente os relativos à aderência das premissas atuariais com o perfil da massa de participantes.

Foram realizadas ainda 7 reuniões abertas a todos os participantes para apresentação do Relatório Anual de 2004 em Curitiba, Foz do Iguaçu e Rio de Janeiro. Além dessas ações, a FIBRA continua atuando em conjunto com a ITAIPU no Programa de Reflexão para a Aposentadoria (PRA), promovendo palestras sobre os benefícios do INSS e da Fundação para que os participantes possam planejar melhor essa nova etapa da vida.



Erna Fuchs com o assistido Dario Carrion

Qualidade no atendimento e na prestação dos serviços aos participantes

Sempre atenta à satisfação dos seus clientes, a FIBRA decidiu melhorar as instalações de atendimento aos participantes em Curitiba e em Foz do Iguaçu. Foi concluída a reforma nas instalações do Departamento de Assistência ao Beneficiário, no andar térreo do Edifício Governador Parigot de Souza, em Curitiba, com um novo layout que proporciona um ambiente mais agradável e confortável aos participantes e ao público em geral.

Foi implantado novo sistema de consultas informatizadas aos participantes ativos, os quais, em tempo real, agora podem acompanhar as simulações de seus benefícios para as diferentes opções de desligamento. O sistema supre, assim, a maior demanda de informações resultantes da adesão de empregados ao Plano de Demissão Incentivada oferecido pela Patrocinadora. Todos os serviços *on-line* implantados em 2005 tiveram elevado grau de utilização e satisfação entre os usuários.



Equipe do Depto. de Assistência ao Beneficiário

Satisfação dos participantes

Em agosto de 2005, foi realizada a 6ª Pesquisa de Satisfação de Clientes, pela empresa DATASENSO. Essa pesquisa constatou que a satisfação e a confiança dos participantes mantiveram-se altas em 2005, sem grandes variações em relação aos resultados das pesquisas anteriores. Foram 589 amostras, abrangendo 326 empregados ativos, 227 aposentados e 36 pensionistas, respeitando-se a distribuição geográfica.

Algumas das opiniões dos participantes sobre a FIBRA são:

- 91% dos participantes ativos e 96% dos assistidos consideram que há transparência nas informações;
- 90% dos os participantes entendem que os investimentos são bem administrados;
- Satisfação Geral: a nota média atribuída à Fundação, numa escala de 0 a 10, foi de 8,9.



Luiz Eduardo Veiga Lopes - Assistido

Empréstimos aos participantes

Em 2005, o Programa de Assistência Financeira da FIBRA, através da carteira de empréstimos, firmou 1.728 contratos, liberando mais de R\$ 13,6 milhões. Em dezembro de 2005, o saldo da carteira era de R\$ 34,4 milhões, um crescimento de quase 20%, em boa parte motivado pelos empréstimos liberados para aquisição de moradias por empregados em Foz do Iguaçu. A pesquisa de opinião realizada em 2005 revelou que 92% dos ativos e 96% dos assistidos estão satisfeitos com o sistema de empréstimos da FIBRA, índices muito parecidos com os dos anos anteriores.

Guia do participante

A Secretaria de Previdência Complementar (SPC) elaborou o Guia do Participante, disponível no site da FIBRA. Esse guia traz importantes orientações e informações sobre o funcionamento dos fundos de pensão. Ao final da publicação, 15 perguntas, já respondidas pela FIBRA, auxiliam o participante a avaliar se seu fundo de pensão é ou não transparente.

Atuação da FIBRA com seus Colaboradores

Ambiente interno

A FIBRA vem historicamente adotando práticas que visam à satisfação de seus colaboradores.

Em setembro de 2005, foi contratada uma empresa especializada para realizar nova pesquisa de clima organizacional, para fins de comparação com outra realizada em 2003. A nota geral atribuída à FIBRA por seus colaboradores em 2005 foi de 8,51, comprovando-se o alto nível de satisfação. Observou-se, ainda, melhoria em diversos indicadores, como, por exemplo, a confiança na Diretoria Executiva, que de 88% em 2003 subiu para 97% em 2005, e o relacionamento interpessoal, cuja aprovação cresceu de 82% para 96% em 2005. No cômputo geral, a média de satisfação dos colaboradores teve acréscimo de 3,10%.

Ainda, com o foco na motivação do corpo funcional, a FIBRA pagou a seus colaboradores um valor a título de Participação nos Resultados, com recursos oriundos da Sobrecarga Administrativa, não onerando, dessa forma, o custo do Plano Previdenciário. Tal benefício vem sendo praticado desde 2003, refletindo-se tanto na melhoria dos resultados da Fundação quanto na satisfação dos colaboradores.

Treinamento e capacitação

Foram realizadas 1.507 horas de treinamento para os colaboradores da FIBRA, visando à melhoria de sua capacitação técnica e do relacionamento interpessoal. Esse total representa, em média, aproximadamente 42 horas/ano de treinamento para cada colaborador.

Em 2005, a política de auxílio à educação beneficiou doze colaboradores nos estágios de graduação e pós-graduação. Esse benefício possibilita o aprimoramento dos conhecimentos e habilidades profissionais com vistas ao desenvolvimento pessoal e organizacional.



Treinamento Gerencial

Renovação do quadro da FIBRA

Três analistas de investimentos ingressaram no Núcleo de Aplicações e Investimentos no final do primeiro semestre, todos com excelente formação acadêmica e larga experiência. Essas contratações foram efetuadas para recompor a equipe daquele departamento em face dos desligamentos ocorridos, mantendo-se estável o quadro total de 36 colaboradores.

Atuação da FIBRA com a Comunidade Previdenciária

Participação nas entidades associativas

Em 2005, a FIBRA continuou participando da comunidade previdenciária. A Diretora Superintendente é Diretora do Sindicato Nacional das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Sindapp) e o Diretor de Seguridade é Presidente da Associação dos Fundos de Pensão do Paraná (Previpar). Além disso, a FIBRA manteve sua participação no Conselho Deliberativo e nas Comissões Técnicas Nacionais de Comunicação e Fomento e de Investimentos da Associação Brasileira de Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp), bem como nos Grupos Técnicos de Contabilidade de Apoio à Secretaria de Previdência Complementar, nas Câmaras Técnicas da Previpar e na Diretoria Técnica da Associação Nacional dos Contadores de Entidades de Previdência (Ancep).

Atuação da FIBRA com a Comunidade



3º Encontro de Participantes da FIBRA

O Programa de Responsabilidade Social implantado em 2004 continua atuando de forma singela, porém significativa. Em 2005, contamos com a adesão de muitos voluntários da FIBRA com a participação importante de assistidos e de colaboradores da Patrocinadora ITAIPU.

Os projetos e ações sociais atingiram o objetivo de proporcionar melhoria na qualidade de vida de pessoas carentes da comunidade e incentivar o voluntariado. Os projetos relacionados a seguir só puderam ser viabilizados graças à colaboração financeira de voluntários e patrocinadores, sem ônus para a FIBRA:

- Projeto Abrace um Idoso: revitalização do pátio interno do Lar dos Idosos do Recanto do Tarumã, em Curitiba, onde vivem 105 internos.

- Projeto Tarde Feliz: beneficiou a Fundação Iniciativa (1º semestre), que abriga em torno de 60 crianças, e o Abrigo Santa Clara (2º semestre), que abriga cerca de 30 senhoras.
- Projeto Cantinho da Solidariedade: no 1º semestre, foi realizada a Campanha de Inverno, em parceria com a ITAIPU Binacional, pela qual foram arrecadados cobertores, leite em pó, fraldas infantis e geriátricas, como também calçados e roupas usadas, doados a várias instituições de caridade. No 2º semestre foi realizada a Campanha da Primavera, pela qual foram arrecadadas 200 armações de óculos, doadas ao Lar de Apoio São João Batista, em Curitiba.
- Campanha Adote uma Estrelinha: campanha realizada em parceria com a ITAIPU Binacional que presenteou em torno de 500 crianças com os brinquedos arrecadados.
- 3º Encontro de Participantes da FIBRA: realizado em Foz do Iguaçu, em novembro de 2005, arrecadou 600 kg de alimentos e produtos de higiene pessoal, doados à Casa-Família Maria Porta do Céu e à ACDD, uma associação para deficientes físicos.

Colegiados da FIBRA

Novos membros do conselho deliberativo



Conselho Deliberativo e Diretoria Executiva da FIBRA

O eng. Antonio José Correia Ribas foi empossado como presidente do Conselho Deliberativo da FIBRA em 21 de fevereiro, em substituição ao econ. Rubens Ghilardi, que assumiu a presidência da Companhia Paranaense de Energia (Copel).

O Conselheiro Joel de Lima, eleito pelos participantes ativos, renunciou ao cargo de membro do Conselho Deliberativo, em 22 de agosto de 2005, em razão de novas atribuições assumidas na Patrocinadora. O suplente representante dos ativos, Antonio Carlos Nantes, assumiu como membro titular do Colegiado a partir daquela data.

Posse do novo conselho fiscal

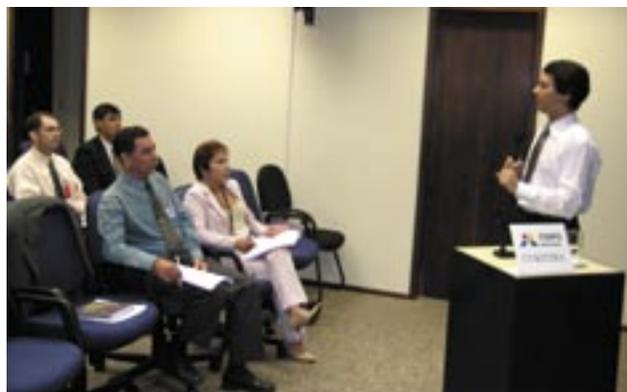
Os participantes ativos e assistidos da FIBRA elegeram seus representantes para o Conselho Fiscal da Fundação nas eleições encerradas em 10 de março de 2005. Os membros eleitos e nomeados para o Conselho Fiscal exercerão mandato que se iniciou em 1º de abril de 2005 e se encerra em 31 de março de 2008.

Treinamento dos colegiados

A FIBRA promoveu, em 2005, 32 horas de treinamento para os novos membros do Conselho Fiscal, com o objetivo de prepará-los para o exercício de suas funções, abordando temas do segmento de previdência complementar, como aspectos gerais, legais, atuariais, jurídicos, investimentos, responsabilidades dos dirigentes e conselheiros, governança corporativa e controles internos relativos à administração dos fundos de pensão. Além destes, ofereceu aos membros do Comitê de Investimentos, por meio da Associação dos Fundos de Pensão do Paraná (Previpar), 12 horas de treinamentos relacionados a controles internos, investimentos e responsabilidade social.

Eleições para o conselho deliberativo e comitê de investimentos – 2006/2009

Em dezembro encerrou-se o processo eleitoral de escolha de representantes dos participantes ativos e assistidos no Conselho Deliberativo e no Comitê de Investimentos da FIBRA, os quais tomarão posse em abril de 2006, com mandato até 2009.



Treinamento do Conselho Fiscal

OUTROS FATOS RELEVANTES

Gestão Fibra

Governança Corporativa / Resolução CGPC 13/2004

A FIBRA vem aperfeiçoando as práticas de Governança Corporativa nos últimos anos a fim de melhorar a relação entre a administração da Entidade e os diversos agentes envolvidos, de modo a proteger os interesses dos participantes e assistidos e resguardar a postura ética e a responsabilidade social.

O Código de Ética, a Política de Investimentos e o Sistema de Gestão da Qualidade certificado pela Norma ISO 9001/2000 - que define a inter-relação entre os processos, segregação de funções, procedimentos e critérios - são as principais ferramentas adotadas pela FIBRA para assegurar o controle sobre a gestão e compõem a estrutura da Governança Corporativa da Entidade.

No decorrer de 2005, foram implementadas melhorias nos códigos, manuais, procedimentos e critérios da FIBRA, bem como na interação com os Colegiados e na comunicação com o participante para atender à Resolução CGPC 13/2004, editada pelo Conselho de Gestão da Previdência Complementar, que dispõe sobre princípios, regras e práticas de governança, gestão e controles internos a serem seguidos pelos fundos de pensão.

Alteração do Regulamento do Plano de Benefícios

A 5ª versão do Regulamento do Plano de Benefícios da FIBRA, aprovada no âmbito da Fundação e da Patrocinadora ITAIPU em 2004, entrou em vigência em 6 de junho de 2005, após aprovação pela SPC.

Além de contemplar as mudanças exigidas pela Lei Complementar 109, de 2001, essa nova versão introduziu outras modificações, resultado de um amplo diálogo promovido pela Fundação com a Patrocinadora e entidades representativas dos empregados. Entre as principais alterações, podemos citar:

- (i) inclusão dos institutos da portabilidade e do benefício proporcional diferido;

- (ii) modificação na forma de cálculo do salário real de benefício; e
- (iii) criação de jóia para inscrição de beneficiário para os assistidos que desejarem inscrever novos cônjuges.

A nova versão do regulamento já se encontra disponível na internet e na intranet.

Fiscalização e Auditorias

Além das auditorias externas do balanço e da gestão de investimentos, a FIBRA passou por processos de verificação pela empresa certificadora da ISO 9001, tendo novamente obtido níveis de adesão aos padrões de qualidade que permitiram a renovação de seu certificado.

Em cumprimento ao artigo 19 da Resolução CGPC nº 13/04, o Conselho Fiscal, em agosto de 2005, emitiu e aprovou o “Relatório de Controles Internos e Manifestação do Conselho Fiscal do 1º semestre de 2005”, contemplando:

- (i) aderência da gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios às normas em vigor e à política de investimentos;
- (ii) aderência às premissas e hipóteses atuariais;
- (iii) execução orçamentária; e
- (iv) aderência dos controles internos.

O relatório, que não conteve ressalvas, foi encaminhado ao Conselho Deliberativo.



Auditoria BVQI - ISO

Ambiente Regulatório

A Lei 10.999, de 15 de dezembro de 2004, autorizou a revisão dos benefícios do INSS concedidos entre março de 1994 e fevereiro de 1997 e o pagamento dos valores atrasados em condições específicas. Sendo o benefício da FIBRA complementar ao do INSS, tal normativo gerou a correspondente necessidade de revisão do benefício concedido pela FIBRA para alguns participantes, assim como a cobrança de valores retroativos. Essa questão, após as devidas análises técnica e jurídica e ampla discussão, foi aprovada pelo Conselho Deliberativo. Durante o ano de 2005, foi efetuada a revisão desses benefícios e iniciada a cobrança dos valores retroativos, restando algumas pendências decorrentes de situações específicas em avaliação perante a FIBRA ou perante o INSS.

Tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário: por força da Lei 11.053, publicada em 29 de dezembro de 2004, a partir de 1º de janeiro de 2005 a FIBRA, assim como os demais fundos de pensão, ficou isenta do pagamento do imposto de renda, não sendo mais necessário efetuar os depósitos judiciais com base no RET. Para se ter a dimensão do benefício fiscal agora reconhecido pelo governo, em 2004 o valor apurado de IR havia sido de R\$ 3,1 milhões.

Pendências Patrimoniais

AES Sul

Em março de 2005, foram vendidas as debêntures da AES Sul, que, por dificuldades financeiras, vinha prorrogando os vencimentos dos títulos. A rentabilidade no período da aplicação correspondeu a 111 % do CDI.

Em dezembro de 2005, a FIBRA possuía as seguintes pendências patrimoniais:

Banco Santos

Após a intervenção pelo Banco Central do Brasil em 12 de novembro de 2004, seguiu-se a decretação da liquidação extrajudicial e da falência do Banco Santos pelo Banco Central, em 4 de maio e 20 de setembro de 2005, respectivamente. O Conselho Deliberativo da FIBRA aprovou a contratação do escritório Ulhôa Canto, Rezende e Guerra para representá-la no processo judicial de falência, ficando também decidido, caso se revele conveniente, a posterior contratação de outro

escritório para outras estratégias jurídicas fora da área de falências.

Títulos de Alagoas

Em relação aos Títulos de Alagoas adquiridos no período 1995-1996, em 2002 foi firmado acordo entre os credores, a União e o Estado de Alagoas por meio do qual a FIBRA recebeu títulos federais, resgatáveis em 96 parcelas, das quais 38 já foram liquidadas mensalmente no período de novembro de 2002 a dezembro de 2005. Entretanto, restam pendências judiciais decorrentes do teor da Resolução no 53/2002 do Senado Federal, cujas ações encontram-se ainda em andamento.

Tributação

Imposto de Renda

Permanece em discussão judicial a cobrança de imposto de renda efetuada em 2002, que deu tratamento diferenciado às entidades abertas, com fins lucrativos, em detrimento das fechadas, que não visam lucros. Apesar de ter efetuado depósito judicial, a FIBRA foi autuada pela Receita Federal, que exigiu, indevidamente, o pagamento do IR relativo ao período da anistia, ou seja, de janeiro de 1997 a agosto de 2001, tendo a Fundação apresentado recurso voluntário ao Conselho de Contribuintes, do qual aguarda julgamento.

Sem prejuízos dos direitos pleiteados nas ações individuais, em dezembro de 2005 a FIBRA desistiu das ações coletivas impetradas pela Abrapp, em atendimento ao disposto no artigo 94 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.

PIS/COFINS

Em 2005, a FIBRA protocolou na Receita Federal, conforme determina a Instrução Normativa SRF nº 126/2002, declarações desistindo das ações judiciais que visavam afastar a incidência da COFINS e do PIS. A desistência deveu-se ao fato de, em 1ª instância, terem sido julgados improcedentes os pedidos das ações ajuizadas pela FIBRA. Com isso, os depósitos judiciais efetuados deverão ser convertidos em renda da União Federal, passando a FIBRA a recolher a COFINS e o PIS diretamente à Receita Federal.

Balanco Patrimonial

			R\$ mil		
ATIVO	2005	2004	PASSIVO	2005	2004
DISPONÍVEL	19	47	EXIGÍVEL OPERACIONAL	2.403	2.886
			Programa Previdencial	371	332
			Programa Administrativo	562	503
			Programa de Investimentos	1.470	2.051
REALIZÁVEL	1.144.813	961.371	EXIGÍVEL ATUARIAL	991.756	848.054
Programa Previdencial	93.288	86.503	Provisões Matemáticas	991.756	848.054
Programa Administrativo	12	77	Benefícios Concedidos	427.739	398.855
Programa de Investimentos	1.051.513	874.791	Benefícios a Conceder	613.663	496.069
Renda Fixa	795.370	652.082	Provisões Matemáticas a Constituir (-)	(49.646)	(46.870)
Renda Variável	199.881	177.040	RESERVAS E FUNDOS	151.099	110.856
Investimentos Imobiliários	21.901	16.920	Equilíbrio Técnico	141.329	103.687
Operações com Participantes	34.361	28.749	RESULTADOS REALIZADOS	141.329	103.687
			Superávit Técnico Acumulado	141.329	103.687
PERMANENTE	426	378	FUNDOS	9.770	7.169
Imobilizado	329	297	Programa Administrativo	9.146	6.645
Diferido	97	81	Programa de Investimentos	624	524
TOTAL DO ATIVO	1.145.258	961.796	TOTAL DO PASSIVO	1.145.258	961.796

Demonstração de Resultados e de Investimentos

			R\$ mil		
	2005	2004		2005	2004
PROGRAMA PREVIDENCIAL			PROGRAMA DE INVESTIMENTOS		
(+) Recursos Coletados	63.938	57.895	(+) Renda Fixa	110.959	84.049
(-) Recursos Utilizados	(40.733)	(38.343)	(+) Renda Variável	44.351	41.463
(-/+) Constituições/Reversão de Contingências	(71)	4	(+) Investimentos Imobiliários	8.257	3.133
(-) Custeio Administrativo	(7.441)	(6.806)	(+) Operações com Participantes	4.572	3.675
(+) Resultado dos Investimentos Previdenciais	165.652	127.297	(-) Relacionados com o Disponível	(500)	(582)
(-) Constituições de Provisões Atuariais	(143.703)	(96.456)	(-) Relacionados com Tributos	0	(3.111)
(=) Superávit Técnico do Exercício	37.642	43.591	(-) Outros	(533)	(411)
			(-) Resultados Transferidos de Outros Programas	(167.006)	(128.198)
PROGRAMA ADMINISTRATIVO			(=) Constituições de Fundos	100	18
(+) Recursos Oriundos de Outros Programas	7.441	6.806			
(+) Receitas	6	3			
(-) Despesas	(6.298)	(5.881)			
(-) Constituições de Contingências	(3)	0			
(+) Resultados dos Investimentos Administrativos	1.355	901			
(=) Constituições de Fundos	(2.501)	(1.829)			

* As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Fluxo Financeiro

	2005	2004
(+) PROGRAMA PREVIDENCIAL	16.388	14.119
(+) Entradas	57.163	52.450
(+) Recursos Coletados	63.938	57.895
(-) Recursos a Receber	(6.785)	(5.440)
(+/-) Outros Realizáveis/Exigibilidades	10	(5)
(-) Saídas	(40.775)	(38.331)
(-) Recursos Utilizados	(40.733)	(38.343)
(+) Utilizações a Pagar	29	8
(-/+) Constituições/Reversão de Contingências	(71)	4
(-) PROGRAMA ADMINISTRATIVO	(6.220)	(5.776)
(+) Entradas	6	3
(+) Receitas	6	3
(-) Saídas	(6.226)	(5.779)
(-) Despesas	(6.298)	(5.881)
(+) Despesas a Pagar	57	162
(+) Despesas Futuras	-	12
(-) Permanente	(49)	(15)
(+/-) Outros Realizáveis/Exigibilidades	67	(57)
(-) Constituições de Contingências	(3)	0

R\$ mil

	2005	2004
(-) PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	(10.196)	(8.319)
(-) Renda Fixa	(32.329)	(19.082)
(+) Renda Variável	21.510	14.124
(+) Investimentos Imobiliários	3.276	3.626
(-) Operações com Participantes	(1.032)	(3.139)
(-) Relacionadas com o Disponível	(500)	(582)
(-) Relacionadas com Tributos	(812)	(3.023)
(-) Outros	(309)	(243)
(=) Fluxo nas Disponibilidades	(28)	24
(=) Variação nas Disponibilidades	(28)	24

Demonstração Patrimonial e Resultados – Plano de Benefícios da FIBRA – Código – 19880012184 – R\$

ATIVO	2005	2004
ATIVO	1.145.257.777,70	961.795.926,08
Disponível	18.770,62	46.604,42
Contas a Receber	93.300.079,69	86.580.389,75
Aplicações	1.051.513.016,72	874.791.521,12
Renda Fixa	795.370.374,35	652.082.131,09
Renda Variável	199.880.624,03	177.040.269,61
Imóveis	21.901.264,14	16.919.680,36
Empréstimos/Financiamentos	34.360.754,20	28.749.440,06
Bens De Uso Próprio	425.910,67	377.410,79

PASSIVO	2005	2004
PASSIVO	1.145.257.777,70	961.795.926,08
Contas a Pagar	2.403.016,14	2.886.108,87
Valores Em Litígio	-	-
Compromissos com Participantes e Assistidos	991.756.436,87	848.053.363,58
Fundos	9.769.339,48	7.169.031,22
SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO	141.328.985,21	103.687.422,41

Comentários sobre a RENTABILIDADE do Plano:

A rentabilidade geral da FIBRA, apurada pelo atuário pelo método de Taxa Interna de Retorno com fluxo mensal, foi de 18,87% (17,21% em 2004), superior portanto à meta atuarial esperada, calculada pelo INPC + 6% ao ano, que foi de 11,86% (11,1% em 2004), e também superior à Rentabilidade Mínima Atuarial efetiva de 15,39% (17,53% em 2004).

Comentários sobre o CUSTEIO ADMINISTRATIVO do Plano:

A importância gasta em despesas administrativas no exercício de 2005 representou, do total das receitas previdenciais:

12,65% (12,91% em 2004) - se considerarmos todas as despesas administrativas, dos programas previdencial e de investimentos, custeadas pela sobrecarga administrativa, cujo limite é 15% das contribuições previdenciais.

7,92% (8,09% em 2004) - se considerarmos o critério permitido pela legislação vigente de custear as despesas de administração dos investimentos com recursos do próprio programa de investimentos (critério utilizado pela Secretaria de Previdência Complementar para verificação do cumprimento do limite de 15%.

Demonstração de Resultados e de Investimentos R\$

	2005	2004
(+) Contribuições (*)	63.937.714,62	57.895.536,59
(-) Benefícios	(40.732.913,92)	(38.342.738,96)
(+) Rendimentos das Aplicações	167.105.837,83	128.216.163,77
(=) RECURSOS LÍQUIDOS	190.310.638,53	147.768.961,40
(-) Despesas com Administração	(6.291.829,72)	(5.878.453,81)
(-/+) Utilização/reversão de Valores em Litígio	(73.864,46)	3.730,46
(-) Utilização dos Compromissos com Participantes e Assistidos (formação de provisões matemáticas)	(143.703.073,29)	(96.455.276,01)
(-) Utilização de fundos para riscos futuros (formação de fundos dos programas administrativos e de investimentos)	(2.600.308,26)	(1.847.557,77)
(=) SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	37.641.562,80	43.591.404,27

(*) Inclui rendimentos da rescisão da dação em pagamento no valor de R\$ 12.375 Mil em 2004 e R\$ 14.163 em 2005

* As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2005 e de 2004 – Em milhares de reais

1. Contexto operacional

A Fundação Itaipu - BR de Previdência e Assistência Social - FIBRA, entidade patrocinada pela ITAIPU Binacional (entidade jurídica de direito internacional) e pela própria Fundação, é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, autorizada a funcionar por prazo indeterminado pela Portaria n.º 4.367, de 30 de novembro de 1988, do Ministério da Previdência e Assistência Social.

Na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, a entidade tem como finalidade principal, suplementar os benefícios previdenciários a que têm direitos os participantes e respectivos dependentes, nos termos do regulamento e do seu plano de benefícios e de custeio.

Em 31 de dezembro de 2005, a entidade encontra-se enquadrada nos limites estabelecidos pela Resolução nº 3.121, do Conselho Monetário Nacional.

O Plano de Benefícios da FIBRA é único e pertence à modalidade de “Benefício Definido”, tendo como principal objetivo, complementar o benefício de aposentadoria, concedido pela Previdência Social, limitado às carências previstas pelo regulamento.

Os benefícios abrangidos pelo plano de benefícios da FIBRA são os seguintes:

- Suplementação de aposentadoria por tempo de serviço;
- Suplementação de aposentadoria por invalidez;
- Suplementação de aposentadoria por velhice;
- Suplementação de aposentadoria especial;
- Suplementação de pensão;
- Auxílio-reclusão;
- Auxílio-funeral por morte de dependente;
- Abono anual.

Os níveis básicos dos benefícios, bem como suas respectivas elegibilidades são previstas pelo regulamento.

Como a entidade administra somente um plano de benefícios, a estrutura de gestão dos investimentos é realizada internamente pela própria entidade e por intermédio de gestores contratados, conforme definido na sua política de investimentos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e em consonância às diretrizes contábeis estabelecidas pelo Conselho de Gestão de Previdência Complementar – CGPC, órgão do Ministério da Previdência e Assistência Social-MPS, aplicáveis as entidades fechadas de previdência complementar.

Essas demonstrações não requerem a apresentação segregada de ativos e passivos circulantes e longo prazo e incluem a totalidade dos ativos e passivos do plano de benefícios mantido pela entidade.

3. Resumo das principais práticas contábeis

Em atendimento ao subitem 21, do item IV, do anexo E, da Resolução CGPC nº 05/2002 de 30 de janeiro de 2002 e alterações através da Resolução CGPC nº 10/2002 de 05 de julho de 2002 do Conselho de Gestão de Previdência Complementar – CGPC, apresentamos a seguir as principais práticas contábeis utilizadas para a elaboração das demonstrações contábeis.

3.1 Apuração de resultados

O resultado do exercício é apurado pelo regime de competência.

3.2 Programa de investimentos

· RENDA FIXA E RENDA VARIÁVEL

Considerando as disposições das Resoluções do CGPC nº 4/02, de 30 de janeiro de 2002, e CGPC nº 8/02, de 19 de junho de 2002, os títulos e valores mobiliários são classificados em:

- (i) Títulos para negociação – quando adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição; e
- (ii) Títulos mantidos até o vencimento – quando a intenção da administração, e considerando a capacidade financeira da entidade, é manter os referidos títulos em carteira até o vencimento, considerando prazos mínimos de vencimento e classificação de risco do título.

Os títulos classificados no item (i) acima, são avaliados mensalmente ao valor de mercado e seus efeitos reconhecidos em conta específica na demonstração do resultado do exercício.

Os títulos classificados no item (ii) acima, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, até a data do balanço.



- **INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS**
Demonstrados ao custo de aquisição e ajustado a valor de mercado por reavaliação efetuada em dezembro de 2005, suportada por laudos técnicos, menos depreciação acumulada e acrescida dos aluguéis a receber, conforme determina a Resolução nº 5, de 30 de janeiro de 2002, do CGPC. As depreciações são calculadas pelo método linear, pelo prazo de vida útil restante para os imóveis reavaliados.
- **OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES**
Registra as operações de empréstimos concedidos a participantes (ativos e assistidos). As operações feitas anteriormente a 2003 são atualizadas pelo índice Taxa Referencial - TR, acrescidas de juros de 1% ao mês, enquanto que as operações efetuadas a partir de 2003, são atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, acrescidas de juros de 0,7% ao mês.
- **PROVISÃO PARA PERDAS**
Constituída considerando avaliação de riscos de crédito em investimentos realizados em instituições sob regime especial ou considerados de difícil realização, sendo considerada suficiente para cobrir eventuais perdas.

3.3 Ativo permanente

Avaliado pelo custo de aquisição e considera:

- Depreciação de acordo com a vida útil estimada dos bens, sendo 10% para móveis e utensílios e máquinas e equipamentos e 20% para computadores e periféricos, calculada pelo método linear.
- Amortização do diferido, pelo prazo de 5 anos.

3.4 Exigível operacional

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

3.5 Exigível contingencial

Os valores registrados no exigível contingencial relativos a Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, Integração Social - PIS e Contribuição para a Seguridade Social - COFINS dos Programas Administrativo e de Investimentos, que por decisão judicial estão

com a exigibilidade suspensa, estão apresentados líquidos dos seus respectivos depósitos judiciais.

Durante o exercício de 2004, a Fundação depositou o IRRF judicialmente, tomando como base a alíquota de 20% sobre os rendimentos auferidos, limitado a 12% da contribuição da patrocinadora, conforme estabelece a Medida Provisória MP nº 2.222, de 04 de setembro de 2001.

Com a publicação da Lei nº 11.053, em 29 de dezembro de 2004, a partir de 01 de janeiro de 2005, a Fundação passou a ser isenta do pagamento do imposto de renda. (nota explicativa 6).

3.6 Provisões matemáticas

As provisões matemáticas do plano de benefícios são determinadas em bases atuariais, segundo cálculos de consultor atuarial externo, contratado pela entidade, Jessé Montello Serviços em Atuária e Economia Ltda. e representam, ao fim de cada período, os compromissos acumulados relativamente aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes ou aos seus beneficiários. Durante o exercício de 2005, a tábua biométrica de mortalidade geral foi alterada de AT-83 para AT-2000 e a tábua de mortalidade de inválidos foi alterada de IAPB55/AT49 para AT-83. Esta alteração resultou em acréscimo nas provisões atuariais, no montante de R\$ 27.646, conforme consta do parecer atuarial. As provisões matemáticas foram reavaliadas pelo atuário responsável na data base de 31 de dezembro de 2005.

A entidade adota o método de crédito unitário projetado para o cálculo das provisões matemáticas de todos os benefícios, exceto os relativos a auxílio reclusão e funeral, que foram avaliados pelos métodos de capital de cobertura e repartição simples, respectivamente. A estrutura do cálculo atuarial contempla aumentos salariais de 2,81% (2004 – 2,76%) ao ano, uma taxa de rotatividade média de 1,06% ao ano (2004 – 1,06%) e uma taxa de retorno dos investimentos à razão de 6% (2004 – 6%) ao ano depois de descontados os efeitos da inflação.

· BENEFÍCIOS CONCEDIDOS

A provisão de benefícios concedidos representa o valor atual dos benefícios do plano com os compromissos futuros da entidade para com os participantes que já estão em gozo de benefícios de prestação continuada, aposentadorias e pensões.



- **BENEFÍCIOS A CONCEDER**

A provisão de benefícios a conceder representa a diferença entre o valor atual das obrigações futuras da entidade e o valor atual das contribuições futuras das patrocinadoras e de dos participantes, conforme descrito a seguir:

- (i) os benefícios do plano com a geração atual correspondem ao valor atual dos benefícios a serem concedidos aos integrantes da geração atual que ainda não estejam em gozo de benefício de prestação continuada.
- (ii) outras contribuições da geração atual registram o valor atual das contribuições futuras, com prazo de vigência indeterminado, a serem realizadas pelas patrocinadoras, excluindo-se toda e qualquer contribuição cujo recebimento dependa do ingresso de novos participantes no plano (ou de novos empregados das patrocinadoras), bem como as contribuições a serem recolhidas pelas patrocinadoras sobre o valor dos benefícios a serem pagos aos integrantes da geração atual.

- **PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR**

Correspondem à parcela de provisão a constituir relativa ao tempo de serviço anterior e que está sendo integralizada por taxa suplementar sobre a folha de salários dos empregados da patrocinadora, a vigorar durante 480 meses a contar da data de constituição da entidade, em abril de 1988, e amortizada pelo mesmo prazo.

3.7 Fundos

- **PROGRAMA ADMINISTRATIVO**

Permanente

Compreende um fundo constituído pelos valores registrados no ativo permanente. Sua finalidade é segregar os recursos do programa administrativo dos recursos do programa previdencial, com o objetivo de retirá-lo do ativo líquido que garante as provisões matemáticas.

Financeiro

A contribuição para atender aos gastos administrativos da FIBRA, segundo os procedimentos de execução financeira com relação às contribuições da patrocinadora ITAIPU Binacional para a entidade, é repassada pelo limite de 15% das contribuições e as eventuais sobras entre esse limite e o valor efetivamente realizado são mensalmente contabilizadas no fundo administrativo para custeio futuro.

- **PROGRAMA DE INVESTIMENTOS**

Constitui a reserva de garantia de empréstimos para fazer face à cobertura do saldo devedor dos empréstimos contraídos pelos participantes que vierem a falecer ou a ficar inválidos, bem como para quitar débitos previdenciários dos assistidos e pensionistas.

3.8 Transferências interprogramas

- **PROGRAMA DE INVESTIMENTOS**

As receitas dos investimentos mensais (correção monetária, juros, deságio, prêmios, dividendos, lucros de venda, etc.), deduzidas das despesas (imposto de renda, IOF, prejuízos na venda, ágio, etc.), são transferidas para os programas previdencial e administrativo, de acordo com os recursos de cada programa.

- **PROGRAMA PREVIDENCIAL**

Este programa recebe valores transferidos do programa de investimentos, relativos ao resultado das aplicações dos recursos disponíveis do plano de benefícios e transfere valores para o programa administrativo para cobertura das despesas administrativas.

- **PROGRAMA ADMINISTRATIVO**

Este programa recebe valores transferidos do programa de investimentos, relativos ao resultado das aplicações do fundo administrativo disponível, além dos valores transferidos do programa previdencial para cobertura das despesas administrativas.

3.9 Custeio administrativo

As despesas administrativas são contabilizadas no programa administrativo, e a importância gasta em despesas administrativas no exercício de 2005 representou, do total das receitas previdenciárias:

- 12,65%, (12,91% em 2004) - considerando todas as despesas administrativas, dos programas previdencial e de investimentos, custeadas pela sobrecarga administrativa (critério contabilizado);
- 7,92%, (8,09% em 2004) - considerando o critério permitido pela legislação vigente de custear as despesas de administração do programa de investimentos com recursos do próprio programa de investimentos (critério utilizado pela Secretaria de Previdência Complementar para verificar o cumprimento do limite de 15%).



4. Realizável

(4.1) Programa previdencial	2005	2004
Recursos a receber		
Contribuições normais	3.892	3.681
Patrocinadora	3.870	3.658
Autofinanciados	11	23
Jóias	11	
Contribuições extraordinárias – patrocinadora	502	474
Contribuições contratadas – ITAIPU Binacional	88.894	82.348
Outras contratações – Rescisão de Dação em Pagamento (nota explicativa 10)	88.894	82.348
Total	93.288	86.503

(4.2) Programa administrativo	2005	2004
Despesas futuras	11	11
Adiantamentos	11	11
Outros realizáveis	1	66
Créditos junto a terceiros	1	66
Total	12	77

O valor demonstrado em 2004, em “Outros realizáveis” – créditos junto a terceiros, refere-se a importâncias a serem reembolsadas à Fundação, por duas entidades congêneres, relativos ao rateio de custo de parecer jurídico sobre a tributação dos fundos de pensão.

(4.3) Programa de investimentos				
Renda Fixa	2005		2004	
	Custo histórico de aquisição	Valor de mercado	Custo Histórico de aquisição	Valor de mercado
Títulos para negociação				
Debêntures	4.550	4.945	5.525	5.398
Fundo RB Fidúcia HIGH Icome Instit. FIDC - Rio Bravo S.A. - DTVM	5.299	5.799	2.000	2.058
Fundo Crédito FI – Renda Fixa	3.000	3.144		
Fundos Exclusivos				
Authentic FAQ - Votorantim Asset Management DTVM Ltda.	38.021	39.560	60.958	53.356
Diamante FAQ - Banco Safra S.A.	40.641	43.693	44.840	46.232
FAQFIF BNP - Banco BNP Paribas Brasil S.A.	69.448	81.842	70.267	76.964
Total	160.959	178.983	183.590	184.008

Renda Fixa	2005		2004	
	Custo histórico de aquisição	Valor atualizado pela curva dos ativos	Custo Histórico de aquisição	Valor atualizado pela curva dos ativos
Títulos mantidos até o vencimento				
Certificados de Recebíveis Imobiliários	3.242	5.756	3.609	6.010
Debêntures Não Conversíveis	15.878	16.541	17.526	18.136
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	39.857	60.887	17.401	29.616
Letras Financeiras do Tesouro LFT-B	20.390	36.573	24.590	37.049
Notas do Tesouro Nacional - NTN	76.375	77.493	21.531	24.039
Fundos Exclusivos				
Authentic FAQ - Votorantim Asset Management DTVM Ltda.	126.200	141.428	98.551	112.118
Diamante FAQ - Banco Safra S.A.	93.381	138.200	84.417	114.741
FAQFIF BNP - Banco BNP Paribas Brasil S.A.	111.974	139.509	97.718	126.365
	487.297	616.387	365.343	468.074
Total Renda Fixa	648.256	795.370	548.933	652.082

Os títulos e valores mobiliários de renda fixa possuem os seguintes vencimentos:

	Para negociação	Mantidos até o vencimento	Total
Até 60 dias	120.146	33.246	153.392
De 61 a 180 dias	53.892	35.900	89.792
De 181 a 360 dias		133.630	133.630
Acima de 360 dias	4.945	413.611	418.556
Total	178.983	616.387	795.370

A classificação dos prazos é apresentada de acordo com os vencimentos dos títulos da carteira própria e em fundos de investimentos.

Letras Financeiras do Tesouro –LFT–Bs

A FIBRA possui em 31 de dezembro de 2005, R\$ 36.573 em Letras Financeiras do Tesouro - LFT-Bs, recebidas do Tesouro Nacional em decorrência dos termos do acordo entre credores e o Estado de Alagoas e do aditamento ao contrato entre a União, FIBRA e o Estado de Alagoas.



Restam pendências judiciais decorrentes do teor da Resolução do Senado Federal nº 53/2002, que introduziu o risco de restituição de valores na hipótese de manifestação final da Justiça pela invalidade dos títulos, risco esse considerado mitigado pela possibilidade de compensação com créditos constituídos ou a constituir, decorrentes de ações judiciais movidas pela FIBRA e de documentos firmados pelo Estado de Alagoas por ocasião do acordo.

Das 96 parcelas previstas, 38 já foram recebidas, sendo 2 em 2002, 12 em 2003, 12 em 2004 e 12 em 2005. O detalhamento dos valores envolvidos no acordo, bem como os reflexos nas demonstrações financeiras da entidade em 2005, estão demonstrados a seguir:

Valor das LFT-Bs no início do exercício de 2005, já descontadas as parcelas recebidas até em 2004 e o desconto repassado ao Estado de Alagoas por ocasião do acordo firmado	37.049
(+) Rendimentos apropriados no exercício de 2005	6.219
(-) Parcelas recebidas no exercício de 2005	(6.695)
(+) Créditos condicionais a receber, previstos no acordo firmado	5.253
(-) Provisão para perda dos créditos a receber	(5.253)
(=) Saldo em 31 de dezembro de 2005	36.573

Provisões CDBs de emissão do Banco Santos S.A.

No segmento de renda fixa, os títulos classificados para negociação nas carteiras dos fundos exclusivos são compostos por CDBs com prazo até 90 dias, títulos federais de prazos menores que um ano, operações de “overnight” e papéis com compromisso de recompra de curto prazo.

Com a intervenção decretada pelo Banco Central do Brasil no Banco Santos S.A., em 12 de novembro de 2004, a Fundação constituiu provisão de R\$ 16.821, para eventual perda dos CDBs emitidos por este Banco. Esses papéis integravam a carteira do fundo exclusivo Authentic – FAQ administrado pelo Banco Votorantim S.A., no grupo “títulos para negociação”, visualizando-se um impacto menor no valor de mercado em relação ao de aquisição, pela apropriação da valorização de outros ativos integrantes da carteira.

Em razão da decretação da falência do Banco Santos S.A., ocorrida em 20.09.2005, houve a necessidade de contratação de serviços advocatícios para a habilitação dos créditos junto à massa falida e as providências para a busca de ressarcimento dos créditos da Fundação.

Após diversas reuniões com o grupo de credores constituído pela Abrapp e em conjunto com outros fundos de pensão, com o objetivo de avaliar as estratégias de ações judiciais, com vistas à recuperação dos ativos do Banco Santos, a Fundação, com aprovação de seu Conselho Deliberativo contratou o escritório de advocacia Ulhôa Canto, Rezende e Guerra para o acompanhamento do processo de falência, decidindo-se, também, por eventual contratação de outro escritório para a busca de resultados extra-falenciais, caso se revele conveniente.

Renda Variável	2005		2004	
	Custo histórico de aquisição	Valor de mercado	Custo histórico de aquisição	Valor de Mercado
Fundos Exclusivos				
Alfa Power FIA - Banco Alfa de Investimentos SA	9.628	23.815	9.628	18.908
BBM FIB Ações FITVM - Banco BBM S/A.	7.727	35.710	9.746	32.605
Boston FIB FIA CL - Bank Boston Banco Múltiplo S.A.	7.512	33.299	9.586	30.830
Schroder FIB FIA - Schroder Investment Management Brasil S.A.	10.278	39.267	12.826	34.334
Subtotal - Fundos Exclusivos	35.145	132.091	41.786	116.677
Fundos Abertos				
Brascan de Petróleo e Gás - Banco Brascan S.A.	125	204	125	175
IP Institucional FIA - Investidor Profissional Gestão de Recursos Ltda.	3.142	9.736	3.142	8.046
OPP Inst Lógica II - Banco Opportunity S.A.	11.213	34.928	13.937	35.258
Small CAP FIA - Banco Safra S.A.	7.500	12.132	7.500	9.282
FITVM HSBC Valor - HSBC Bank Brasil SA	5.000	6.540	5.000	5.331
Subtotal - Fundos Abertos	26.980	63.540	29.704	58.092
	62.125	195.631	71.490	174.769
Opções - operação de "hedge" da carteira	8.490	4.250	7.890	2.271
Total Renda Variável	70.615	199.881	79.380	177.040



No ano de 2005, foram realizadas operações de proteção da carteira de Renda Variável (“hedge”), por meio de compra de opções de venda (“put”), visando manter a proteção integral da carteira. Essa estratégia busca manter a rentabilidade assegurada nos níveis, sem limitar os ganhos diante da possibilidade de recuperação do crescimento da economia brasileira e reduzir o risco na hipótese de essa recuperação ser afetada por crises internas ou externas.

Em 31 de dezembro de 2005, a carteira contava com as seguintes proteções contra as variações do IBOVESPA: 17,27% da carteira aos 31.000 pontos, 41,38% aos 30.000 pontos, ambas com vencimento em dezembro de 2006 e 41,35% aos 29.000 pontos com vencimento em fevereiro de 2006. As realizações destas operações foram precedidas de avaliação no âmbito do Comitê de Investimentos da FIBRA. Em 2004, a FIBRA já havia realizado operação semelhante, cuja proteção era contra quedas abaixo de 22.500 pontos do IBOVESPA, sendo que tal operação venceu em dezembro de 2005.

O custo histórico de aquisição da operação corresponde ao prêmio pago pelo “hedge” em leilão realizado na Bolsa de Valores de São Paulo. O valor em 31 de dezembro de 2005 corresponde ao valor de mercado da operação de “hedge”, que é explicado por diversas variáveis, sendo a mais relevante à cotação do atual índice IBOVESPA, cuja variação é inversamente proporcional ao movimento da bolsa de valores.

Os títulos de renda variável são representados por fundo de ações e são considerados com prazo indeterminado. Os títulos e valores mobiliários, de Renda Fixa e de Renda Variável, estão custodiados no Banco Itaú S.A.

· INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

A entidade procedeu, em dezembro de 2005, a reavaliação de todos os imóveis componentes dos investimentos imobiliários, suportada por laudo de avaliação dos peritos independentes “EBRAPE - Empresa Brasileira de Avaliação de Patrimônio e Engenharia Ltda”. O método avaliatório utilizado foi o “Método comparativo de dados de mercado”, fundamentado em ampla pesquisa de mercado e envolvendo, além de preços ofertados e/ou comercializados, as características e atributos que exerçam influência no valor. O resultado desta reavaliação, em 31 de dezembro de 2005, está a seguir demonstrado:

	Valor contábil líquido	Valor reavaliado	Diferença
Edificações para uso próprio	749	955	206
Edificações locadas à patrocinadora	5.748	7.328	1.580
Edificações locadas a terceiros	9.898	13.356	3.458
	16.395	21.639	5.244

O saldo acima não inclui o valor de R\$ 262 referente a aluguéis a receber.

O ganho apurado entre o confronto dos valores reavaliados e os valores contábeis líquidos, foi incorporado aos saldos dos investimentos imobiliários, a crédito de receitas do Programa de Investimentos. Os ativos reavaliados passarão, a partir de janeiro de 2006, a ser depreciados pela sua vida útil remanescente estimada no referido laudo de reavaliação, ou seja, 35 anos ou 2,86% ao ano. Durante o exercício de 2005, as depreciações foram calculadas da seguinte forma:

	Vida útil	Taxa anual de remanescente Depreciação - %
Edificações de uso próprio e locado a patrocinadora		
Edifício Governador Parigot Souza Curitiba - PR	35 anos	2,86
Edificações para renda		
Edifício Centro Comercial Itália- Curitiba- PR	40 anos	2,50

· AUDITORIA DE GESTÃO DOS INVESTIMENTOS

Em conexão com a Resolução nº 3.121, de 25 de setembro de 2003, do Conselho Monetário Nacional, foi decidido manter a realização dos trabalhos de auditoria de gestão dos investimentos por nossos auditores externos, com o objetivo de avaliar a pertinência dos procedimentos técnicos, operacionais e de controle utilizados na gestão dos recursos da entidade. O resultado desta auditoria consta em parecer específico, que atende ao disposto na referida Resolução.



· DEMONSTRATIVO DA COMPOSIÇÃO CONSOLIDADA DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

	2005	2004
Renda fixa	795.370	652.082
Títulos de responsabilidade do governo federal	174.954	90.704
Aplicações em instituições financeiras	598.931	537.843
Títulos de empresas	21.485	23.535
Renda variável	199.881	177.040
Fundos de investimentos	195.631	174.769
Mercado de ações – opções	4.250	2.271
Investimentos imobiliários	21.901	16.920
Edificações	21.901	16.920
Operações com participantes	34.361	28.749
Empréstimos	34.361	28.749
Total do programa de investimentos	1.051.513	874.791

5. Exigível operacional

	2005	2004
Programa Previdencial		
Utilizações a pagar – provisões	310	281
Outras exigibilidades – seguro de vida e assistência médica	61	51
	371	332

O valor de R\$ 61, demonstrado em 2005 (R\$ 51 em 2004) em “Outras Exigibilidades”, refere-se ao seguro de vida em grupo dos assistidos e autopatrocinadores e custos de assistência médica hospitalar e odontológica – Pamho, descontado na folha de pagamento de benefícios de dezembro de 2005 e que serão pagos em janeiro de 2006.

	2005	2004
Programa de investimentos		
Operações com participantes	43	37
Relacionados com tributos (nota explicativa 6)	-	812
Outras exigibilidades – honorários advocatícios	1.427	1.202
	1.470	2.051

O valor de honorários advocatícios de R\$ 1.427 (R\$ 1.202 em 2004), provisionado no balanço de 2005 em “Outras Exigibilidades”, corresponde ao saldo remanescente e atualizado, a ser pago por ocasião do cumprimento de condições contratuais relativas ao afastamento dos riscos decorrentes do teor da Resolução no 53/02 do Senado Federal.

6. Exigível contingencial do Programa de Investimentos

Os valores históricos das provisões e dos depósitos judiciais efetuados, relativos ao exigível contingencial estão a seguir demonstrados:

Valores históricos	2005	2004
Provisões acumuladas		
IRRF	53.361	52.549
PIS/COFINS	-	1.652
Subtotal das provisões acumuladas	53.361	54.201
Depósitos judiciais realizados	(53.361)	(54.201)
Saldo do exigível contingencial do Programa de Investimentos	0	0

· IMPOSTO DE RENDA - IRRF

Fundamentada em parecer de seus assessores jurídicos, com base em outras teses jurídicas além da imunidade tributária, a entidade interpôs ação cautelar relativa ao IRRF, tendo obtido liminar judicial que possibilitou:

- Depositar judicialmente o valor original devido, do imposto de renda relativo aos 5 anos e optar pela anistia dos juros e multas de que trata a MP 2.222, de 4 de setembro de 2001, sem desistência das ações judiciais e sem renunciar direitos, conforme estabelecido na referida Medida Provisória.
- Depositar judicialmente os valores de IRRF apurados a partir de setembro de 2001, utilizando a alíquota descrita no Regime Especial Tributário - RET.
- Continuar questionando judicialmente a incidência do IRRF, sob as alegações de outras teses, tais como: bitributação, não incidência, isonomia com entidades abertas de previdência (proporcionalidade e razoabilidade).

Na eventualidade de não ter, no julgamento final do mérito, seus pleitos acatados pelo Poder Judiciário a entidade poderá requerer a



desistência de todas as ações judiciais relativas aos tributos, além de desistir de qualquer alegação de direito sobre as quais se fundam as referidas ações, com a conseqüente reversão dos valores depositados judicialmente em renda da União, de forma a preservar os efeitos da anistia, conforme parecer jurídico.

Para fins de prevenir a decadência de seu direito de cobrar o IRRF discutido na ação judicial e objeto de depósito judicial, a Secretaria da Receita Federal lavrou um primeiro Auto de Infração, no qual lançava de ofício o crédito tributário relativo apenas ao valor do principal do imposto, ou seja, sem multa ou juros de mora.

Posteriormente, porém, a Secretaria da Receita Federal lavrou outro Auto de Infração complementar, em substituição ao primeiro, corrigindo o valor do principal (imposto) lançado, que no primeiro Auto se encontrava a maior. Neste Auto, porém, foi lançado também juros de mora. Apresentada a impugnação ao lançamento, foi julgada improcedente.

Em 22 de setembro de 2004, a FIBRA recebeu da Delegacia da Receita Federal, cópia do acórdão da decisão que ratificou o entendimento da fiscalização daquele órgão federal que julgou procedente a exigência do IR relativo ao período da anistia, ou seja, 01/1997 a 08/2001, bem como a aplicabilidade dos juros de mora, da forma que constam no Auto de Infração complementar emitido contra a FIBRA.

Diante da decisão, a FIBRA apresentou recurso voluntário ao Conselho de Contribuintes, onde foi necessário fazer arrolamento de bens, conforme determina a Instrução Normativa SRF nº 264/02, pois segundo parecer dos advogados que defendem a ação, o Juiz de 1ª instância deferiu o pedido nos termos solicitados e, que os depósitos judiciais efetuados garantem a adesão à anistia, sem quaisquer ônus adicionais, além daqueles já depositados e provisionados.

A Fundação solicitou no Processo Judicial o cancelamento do Auto de Infração, tendo em vista, que os valores estão com as suas exigibilidades suspensas em função dos depósitos judiciais, o juiz da 6ª vara da Justiça Federal de Brasília, determinou o cancelamento do Auto de Infração, pois além do desrespeito do Fisco à ordem judicial, que garantiu a FIBRA o direito de depositar judicialmente o IRRF discutido, para assegurar a anistia, no Auto de Infração, foram aplicados juros de mora a partir do vencimento da obrigação tributária, o que eleva o valor exigido do imposto. Com a decisão, o recurso voluntário, que tramita no Conselho de Contribuintes não foi apreciado.

Posteriormente, porém, face a um pedido da Fazenda Pública Nacional, o mesmo Juiz Federal revogou sua decisão que havia determinado o cancelamento do Auto de Infração.

O processo administrativo de IRRF da FIBRA encontra-se, portanto, pendente de julgamento no Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda.

Sem prejuízos dos direitos discutidos nas ações individuais, em que vem discutindo a exigibilidade do IR, em dezembro de 2005, a Fundação desistiu das ações coletivas impetradas pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar-ABRAPP, em atendimento ao disposto no artigo 94, da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005.

Em dezembro de 2004, a FIBRA contratou o Dr. Marco Aurélio Greco, para emitir parecer acerca das teses que vêm sendo defendidas judicialmente, cuja opinião será fundamental no julgamento do processo.

A consultoria tributária Junqueira de Carvalho & Murgel emitiu parecer em 26 de janeiro de 2006, ratificando que inexistem razões qualquer a motivar a realização de provisionamento dos valores correspondentes à diferença entre o montante depositado e o montante apurado como débito no Auto de Infração, nem a realização e depósitos judiciais adicionais.

• CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL - COFINS

Em função da MP nº 2.222, e baseado em pareceres jurídicos, a FIBRA interpôs ações judiciais, obtendo liminar que permitiu depósito judicial dos valores da COFINS referentes à anistia, ou seja, de 1º de fevereiro de 1999 a agosto de 2001, assim como para os fatos geradores a partir do mês de setembro de 2001. Antes da edição da MP nº 2.222, a Fundação não efetuava qualquer recolhimento a título de COFINS.

Em 23 de agosto de 2004, a FIBRA recebeu da Delegacia da Receita Federal, Auto de Infração onde foi apurado a COFINS, no período de 02/1999 a 07/2002, com a aplicabilidade dos juros de mora.

A FIBRA apresentou impugnação à Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Curitiba, pois, o Juiz de 1ª instância deferiu o pedido nos termos solicitados, pelas ações interpostas pela Fundação e, que os depósitos judiciais efetuados garantem a adesão à anistia, sem quaisquer ônus adicionais, além daqueles já depositados e provisionados.

Em 13 de janeiro de 2005, a FIBRA recebeu da Delegacia da Receita



Federal, cópia do acórdão da decisão que ratificou o entendimento da fiscalização daquele órgão federal que julgou procedente a exigência da COFINS, bem como a aplicabilidade dos juros de mora, da forma que constam no Auto de Infração emitido contra a FIBRA.

Com a decisão, a FIBRA, em 02 de fevereiro de 2005, apresentou recurso voluntário ao Conselho de Contribuintes, pois os depósitos judiciais efetuados garantem a adesão à anistia, sem quaisquer ônus adicionais, além daqueles já depositados e provisionados. Na apresentação do recurso voluntário, houve a necessidade de fazer arrolamento de bens, conforme determina a Instrução Normativa SRF nº 264/02

Em 29 de abril de 2005, a Fundação protocolou na Delegacia da Receita Federal de Curitiba, Declaração, conforme determina a Instrução Normativa SRF nº 126/2002, desistindo das ações judiciais que visavam afastar a incidência da COFINS. A desistência deveu-se ao fato do juízo de 1ª Instância ter julgado improcedente os pedidos das ações ajuizadas pela FIBRA.

Com as desistências das ações os depósitos judiciais serão convertidos em renda da União Federal, o que corresponde ao tempestivo pagamento do crédito tributário discutido, para fins de gozo da anistia em questão, conforme consignado em decisão judicial e a FIBRA passou, a partir desta data, recolher a COFINS diretamente à Receita Federal.

Atualmente, a entidade aguarda a conversão do depósito judicial em renda para que o processo seja definitivamente extinto.

• PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL - PIS

A FIBRA vinha recolhendo o PIS utilizando como base de cálculo a folha de pagamento dos seus empregados com a alíquota de 1%.

Com a edição da MP nº 2.222/2001 e baseado em pareceres jurídicos, a FIBRA interpôs ações judiciais, obtendo liminar que permitiu depósito judicial dos valores do PIS referentes à anistia, ou seja, de 1º de janeiro de 1997 a agosto de 2001 e fatos geradores a partir do mês de setembro de 2001.

Em 12 de julho de 2005, a FIBRA recebeu da Delegacia da Receita Federal, Auto de Infração onde foi apurado o PIS no período de 01/1997 a 07/2002, com a aplicabilidade dos juros de mora.

A FIBRA apresentou impugnação à Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Curitiba, pois, o Juiz de 1ª instância deferiu o pedido nos termos solicitados, pelas ações interpostas pela Fundação e, que os depósitos judiciais efetuados garantem a adesão à anistia,

sem quaisquer ônus adicionais, além daqueles já depositados e provisionados.

Em 16 de setembro de 2005, a Fundação protocolou na Delegacia da Receita Federal de Curitiba, Declaração, conforme determina a Instrução Normativa SRF nº 126/2002, desistindo das ações judiciais que visavam afastar a incidência do PIS. A desistência deveu-se ao fato do juízo de 1ª Instância ter julgado improcedente os pedidos das ações ajuizadas pela FIBRA.

Com as desistências das ações os depósitos judiciais serão convertidos em renda da União Federal, o que corresponde ao tempestivo pagamento do crédito tributário discutido, para fins de gozo da anistia em questão, conforme consignado em decisão judicial e a FIBRA passou, a partir desta data, recolher o PIS diretamente à Receita Federal.

Atualmente, a entidade aguarda a conversão do depósito judicial em renda para que o processo seja definitivamente extinto.

7. Exigível atuarial

A composição do exigível atuarial, em 31 de dezembro de 2005, e respectiva movimentação no exercício findo nesta data é a seguinte:

	2005	2004
Provisões Matemáticas		
Benefícios Concedidos	427.739	398.855
Benefícios do plano	427.739	398.855
Benefícios a Conceder	613.663	496.069
Benefícios do plano com a geração atual	810.600	710.649
(-) Outras contribuições da geração atual	(196.937)	(214.580)
(-) Provisões Matemáticas a Constituir – Serviços passados		
Reservas a amortizar	(49.646)	(46.870)
	991.756	848.054

A movimentação das provisões matemáticas no exercício foi a seguinte:

No início do exercício	848.054
Constituição no exercício de 2005	143.702
Saldo no final do exercício de 2005	991.756



8. Equilíbrio técnico

Representam os resultados acumulados obtidos pela entidade e registrado na conta de resultados realizados.

9. Fundos – Programa administrativo

A constituição nos exercícios findos em 31 de dezembro, foi efetuada da seguinte forma:

	2005	2004
Fundo administrativo permanente	426	378
Saldo inicial	378	363
Constituição	48	15
Fundo administrativo financeiro	8.720	6.267
Saldo anterior	6.267	4.453
Custeio administrativo do exercício	7.441	6.806
Outras receitas administrativas	6	3
Despesas administrativas do exercício	(6.298)	(5.881)
Remuneração do fundo	1.355	901
Constituição/Reversão do fundo administrativo do financeiro para o permanente	(48)	(15)
Constituições de contingências	(3)	-
Saldo dos fundos do programa administrativo	9.146	6.645

10. Outras contratações com a Patrocinadora – Rescisão de Dação em Pagamento

O “Instrumento Particular de Rescisão de Dação em Pagamento” foi assinado, entre a FIBRA e a patrocinadora ITAIPU Binacional, em 18 de dezembro de 2003 e contemplou todos os aspectos exigidos pela Resolução CGPC no 17, de 11 de julho de 1996. Cópia do contrato foi remetido para a Secretaria de Previdência Complementar-SPC em 22 de dezembro de 2003, atendendo as disposições legais. Após o envio de documentos complementares solicitados pela PREVIC-Superintendência Nacional de Previdência Complementar, órgão governamental que substituiu a SPC, durante alguns meses de 2005, em 13 de junho de 2005, por meio do Ofício nº 744/PREVIC/DITEC/CGAT, a Rescisão da Dação em Pagamento e Outras Avencas entre a FIBRA e a patrocinadora ITAIPU, foi aprovada.

As parcelas do montante contratado estão sendo pagas por ITAIPU em 230 parcelas, sendo que em 2005, foram pagas 12 parcelas, todas atualizadas pelo INPC e juros reais de 6% ao ano, sendo

posteriormente, ajustadas pela Rentabilidade Mínima Atuarial - RMA, apurada anualmente.

Os efeitos desta operação no patrimônio da FIBRA em 31 de dezembro de 2005 estão demonstrados no quadro a seguir:

Outras contratações com a Patrocinadora – Rescisão da Dação em Pagamento	
Saldo em 31 de dezembro de 2004	82.348
(-) 12 parcelas pagas em 2005	(7.618)
(+) Valor da atualização e juros da dívida em 2005	9.400
(+) Ajuste da Rentabilidade Mínima Atuarial de 2004, contabilizado em 2005	4.764
= saldo em 31/12/05	88.894

11. Débito da patrocinadora no caso de retirada hipotética

De acordo com a nota técnica atuarial do atuário independente, a reserva matemática em 31 de dezembro de 2005, considerando a retirada hipotética da Patrocinadora, calculada conforme a interpretação da Resolução CPC nº 06/88, alcançou o valor de R\$ 990.897, feita dentro do princípio de “Benefícios com direitos já acumulados”, avaliada retirando-se a projeção de crescimento real de salário e considerando-se o “turnover” nulo.

12. Evento Subseqüente

No parecer atuarial do atuário independente, foi projetado o valor de R\$ 6.776 relativo a repercussão futura esperada para o Passivo Atuarial do Plano de Benefícios da FIBRA em decorrência da mudança efetivada pela patrocinadora ITAIPU Binacional, na forma de pagamento da periculosidade a seus empregados. O procedimento de cobertura para estes casos está previsto no parágrafo 1º do artigo 75 do Regulamento do Plano de Benefícios, sendo que as negociações da forma do pagamento serão negociadas pela Fundação junto à Patrocinadora ITAIPU em 2006.

MARGARET MUSSOI L. GROFF

Diretora Superintendente
CPF - 321.900.509-87

SILVIO R. R. SILVEIRA

Diretor de Seguridade
CPF - 514.772.629-20

FLORÍCIO MEDEIROS DA COSTA

Diretor Adm. e Financeiro
CPF - 425.879.210-15

EVENILSON DE J. BALZER

Contador – CRC 22608/ PR
CPF - 470.099.429-00



Parecer atuarial

1) A situação financeiro-atuarial do Plano de Benefício Definido vigente na FIBRA, avaliada com os métodos de financiamento atuarial descritos na fl.2/3 deste Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial – DRAA (sendo que, a partir desta avaliação se está adotando o Crédito Unitário Projetado com constituição de Reservas de Tempo de Serviços Passados tanto para os benefícios programados de aposentadoria e pensão por morte quanto para os benefícios de risco de aposentadoria e pensão por morte) e com as hipóteses descritas em seu Anexo A (as quais, em relação às adotadas na avaliação atuarial do exercício de 2004, apresentam os seguintes cenários mais conservadores: mortalidade geral: q_x da AT-2000 em substituição ao q_x da AT-83; e mortalidade de

invalídios: $q_x^i = q_x$ da AT-83 em substituição do $q_x^i =$ média aritmética entre o q_x da AT-49 e o q_x^i da IAPB-55), apresentou,

em 31/12/2005, um Superávit Técnico Acumulado de R\$ 141.329 mil, equivalente a 12,47% do Ativo Líquido, então existente, de R\$ 1.133.085 mil. A adoção dos referidos cenários de mortalidade mais conservadores na avaliação atuarial de encerramento do exercício de 2005 está em consonância com a Resolução nº 13 do CGPC do MPS de 01/10/2004 e decorre de estudo elaborado pela consultoria atuarial apresentado à FIBRA através do JM/2654/2005 de 24/11/2005. A Projeção, por recorrência, das Provisões Matemáticas da FIBRA, para a posição de 31/12/2005, adotando os juros reais equivalentes à 6% ao ano acrescido do indicador econômico correspondente à variação da INPC-IBGE, conduziria a uma estimativa de um superávit técnico acumulado da ordem de R\$ 183.871 mil, equivalente à 16,23% do Ativo Líquido, então existente, de R\$ 1.133.085 mil.

2) Foram considerados na avaliação atuarial refletida neste DRAA as seguintes alterações regulamentares, referendadas na Versão 5 do Regulamento de Benefícios datada de 08/06/2005:

i) Cálculo do Benefício de Aposentadoria com base no Fator de Cálculo de Suplementação – FCS (Art. 25 e Parágrafos), em especial no que se refere aos Participantes Requisitados (§3º do referido Art. 25), ficando esse cálculo também formalmente desvinculado do teto da Previdência Social com a introdução do Teto FIBRA (Art. 15, §2º);

ii) Introdução paulatina do novo critério de cálculo do Salário Real de Benefício (SRB) correspondente à parte variável da remuneração, com transição da média de 36 meses para a média de 120 meses (Art. 24) com objetivo de amortecer o impacto de alterações significativas no Salário Real de Benefício (SRB) em razão de eventos próximos à data de entrada em benefício que afetem a parte variável da remuneração;

iii) Introdução de proporcionalidade no cálculo dos benefícios de risco tão somente para os novos participantes (Art. 17, §2º combinado com o Art. 78).

3) Devemos destacar que este Plano de Benefício Definido da FIBRA possui em carteira própria papéis que levará até o vencimento com taxas atreladas à inflação, com “spread” superior à meta atuarial de 6% ao ano, cujo registro contábil, nos termos do artigo 3º da Resolução CGPC nº 04/2002, está sendo feito pelo custo de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos (impactando no resultado do exercício), ou seja, sem utilização da faculdade, prevista no artigo 5º da referida Resolução, de registrar a diferença entre o valor presente apurado na forma do citado artigo 3º e o valor presente calculado à taxa de juros utilizada na última avaliação atuarial. A capacidade financeira relativa à adoção de procedimento de registro de títulos classificados como “títulos até o vencimento” pelos respectivos custos de aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos se baseia no fato de que o perfil traçado pela área de investimentos, leva em consideração os fluxos de receitas e despesas projetados, atuarial e financeiramente, para os anos que irão decorrer até o vencimento desses títulos.

4) Os resultados líquidos obtidos pela FIBRA nas aplicações financeiras deste Plano ao longo de 2005, utilizando o método da Taxa Interna de Retorno (TIR) a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas, correspondem a uma rentabilidade nominal líquida de 18,87%, superior à rentabilidade mínima atuarial esperada de 11,86% (calculada como sendo igual ao INPC do IBGE aplicado com um mês de defasagem, acrescido de juros reais equivalentes a 6% ao ano) e também superior à rentabilidade mínima atuarial efetiva de 15,39% (calculada considerando como indexador o índice correspondente à evolução salarial média dos Salários Reais de Benefícios (SRB) dos participantes ativos existentes em novembro de 2004 e que continuavam nessa situação em novembro de 2005, acrescido de juros reais equivalentes a 6% ao ano). A seguir apresentamos o quadro demonstrativo das referidas rentabilidades.



Taxa Interna de Retorno efetivamente obtida:	18,87% (nominal).
Rentabilidade Real (acima do INPC do IBGE):	INPC do IBGE +12,64% de juros reais.
Rentabilidade Real (acima da Variação Salarial Média):	Variação Salarial Média +9,19% de juros reais.

5) A decomposição do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) e do Ativo Líquido deste Plano do final do ano de 2004 para o final do ano 2005, considerando a evolução das suas principais grandezas, é a seguinte:

Referência	Valores em R\$ mil		
	31/12/2005	31/12/2004	Variação
Provisão de Benefícios Concedidos	427.739	398.855	+ 7,24%
Provisão de Benefícios a Conceder	613.663	496.069	+23,71%
Provisão Matemática a Constituir	(49.646) *1	(46.870)	- 5,92%
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)	991.756	848.054	+16,94%
Resultado Técnico Acumulado	141.329	103.687	+36,30%
Ativo Líquido do Plano	1.133.085	951.741	+19,05%

*1 A ser amortizada pelo pagamento pela ITAIPU BINACIONAL da Contribuição Suplementar de 2,32% da sua Folha Salarial a vigorar durante 480 meses a contar de abril de 1988 (restando, portanto, 267 meses a contar, inclusive, de janeiro de 2006, para o término da vigência dessa contribuição amortizante).

6) Na evolução das Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial) desde o encerramento do exercício de 2004 até o encerramento do exercício de 2005, o impacto mais relevante foi a mudança da Tábua Geral de Mortalidade e da Tábua de Mortalidade de Inválidos, cuja adoção de premissas mais conservadoras consumiu R\$ 27.646 mil do Superávit existente. Não fosse esta mudança, o Superávit do exercício de 2005 teria sido de R\$ 168.975 mil. O efeito desta mudança está abaixo detalhado:

i) Impacto decorrente da adoção da Tábua Geral de Mortalidade “ q_x da AT-2000” em substituição ao “ q_x da AT-83”, representando um

acréscimo no Passivo Atuarial da ordem de R\$ 21.424 mil; e

ii) Impacto decorrente da adoção da Tábua de Mortalidade de Inválidos “ $q_x^i = q_x$ da AT-83” em substituição ao

“ $q_x^i = 1/2 \cdot \left[q_x^i \text{ da IAPB-55} + q_x^i \text{ da AT-49} \right]$ ”, representando um acréscimo no Passivo Atuarial da ordem de R\$ 6.222 mil.

7) Outro aspecto a destacar é a projeção da repercussão futura esperada para o Passivo Atuarial deste Plano de Benefício Definido, da ordem de R\$ 6.776 mil, na posição de 31/12/2005, como decorrência da mudança, efetivada recentemente pela ITAIPU BINACIONAL, na forma de pagamento da Periculosidade a seus empregados, cujo procedimento de cobertura está previsto no §1º do Art. 75 do texto regulamentar em vigor, projeção essa realizada com base em metodologia detalhada por esta Consultoria Atuarial no Parecer JM/0098/2006 de 12/01/2006.

8) O Custo Normal Puro Reavaliado (exclusive sobrecarga administrativa) no encerramento do exercício de 2005, já considerando a adoção do Crédito Unitário Projetado com Reservas de Tempo de Serviço Passado também para os benefícios de risco, a exemplo do que, até a avaliação atuarial do exercício de 2004, vinha sendo realizado somente para os benefícios programados, foi de 24,34% da folha do Salário Real de Contribuição, ou seja, em termos percentuais, 0,57% abaixo da Contribuição Normal Pura Vigente de 24,48%, o que, por ficar dentro do intervalo de oscilação de 5%, para mais ou para menos, leva à manutenção das contribuições normais vigentes para o exercício de 2006.

9) O total das Provisões Matemáticas, em 31/12/2005, considerando um hipotético saldamento deste Plano de Benefício Definido, com a concessão de um benefício proporcional ao tempo averbado de filiação ao Plano para os participantes não assistidos e com a continuidade do pagamento dos benefícios já concedidos (incluindo a garantia do pagamento dos benefícios diferidos), foi avaliado considerando nulos tanto o crescimento real de salário quanto a rotatividade, tendo sido obtido como resultado o valor de R\$ 990.897 mil, que encontra plena cobertura no Ativo Líquido do Plano, então existente, de R\$ 1.133.085 mil, sendo relevante ressal-



tar, quanto a essa situação, que a descontinuidade de um Plano de Benefícios Previdenciários de uma Entidade Fechada de Previdência Complementar apresenta questões que ultrapassam os aspectos quantitativos considerados na avaliação atuarial aqui realizada, devendo serem tais questões, previamente analisadas com profundidade, caso, por qualquer motivo, um cenário de descontinuidade venha a se apresentar.

- 10) Com relação aos valores registrados como Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, como Provisão Matemática a Constituir e como Superávit Técnico Acumulado, devidamente registrado como Reserva de Contingência, atestamos que os mesmos foram avaliados por esta Consultoria Atuarial Independente, adotando as hipóteses atuariais e os regimes atuariais de financiamento referidos no item 1 deste Parecer Atuarial (e registrados no Anexo A e na folha 1/3 deste DRAA) e utilizando os dados contábeis e cadastrais que nos foram enviados pela FIBRA, sendo que os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos à referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2005, refletida neste DRAA.
- 11) A destinação do Superávit Técnico Acumulado, que está totalmente registrado como Reserva de Contingência, é a de dar cobertura à ocorrência de eventuais desvios desfavoráveis em relação às hipóteses atuariais adotadas, em especial, às relativas à mortalidade (sobrevivência) e à taxa de retorno dos investimentos.
- 12) Deve-se ressaltar que, ao longo do ano de 2005, levando em consideração, inclusive, o disposto na Resolução nº 13 do CGPC do MPS de 01/10/2004, bem como colocações apresentadas no Parecer Atuarial do DRAA deste Plano relativo ao ano de 2004, foi constituído, no âmbito da FIBRA, um Grupo de Trabalho formado por representantes da FIBRA, da Patrocinadora e dos Sindicatos que, junto com a área atuarial interna e a consultoria atuarial externa, empreenderam a realização de diversos estudos envolvendo as análises das hipóteses atuariais, dos regimes/métodos de financiamento atuarial, projeções de evolução futura do Passivo Atuarial em decorrência de novos procedimentos adotados pela ITAIPU BINA-

CIONAL em sua política de remuneração (como é o caso da nova forma de pagamento de Periculosidade recentemente introduzida), bem como outros aspectos pertinentes às avaliações atuariais, que, entre outros fatos, contribuíram para os seguintes pontos:

- i) Adoção da Tábua Geral de Mortalidade: “ q_x da AT-2000” em substituição ao “ q_x da AT-83”;
- ii) Adoção da Tábua de Mortalidade de Inválidos: “ $q_x^i = q_x$ da AT-83” em substituição ao “ $q_x^i =$ média aritmética entre o q_x da AT-49 e o q_x^i da IAPB-55;”;
- iii) Adoção do Crédito Unitário Projetado com Reservas de Tempo de Serviço Passado para avaliar os benefícios de risco, a exemplo do que vinha sendo utilizado na avaliação dos benefícios programados;
- iv) Manutenção das demais hipóteses atuariais adotadas na avaliação atuarial do exercício de 2004, na avaliação atuarial do exercício de 2005; e
- v) Dimensionamento da projeção da repercussão futura esperada para o Passivo Atuarial em decorrência da mudança, efetivada recentemente pela ITAIPU BINACIONAL, na forma de pagamento da Periculosidade a seus empregados. Conforme planejamento da FIBRA, os estudos e análises deste Grupo de Trabalho terão prosseguimento ao longo do ano de 2006, com vistas à permanente verificação de aderência das hipóteses e métodos utilizados na avaliação atuarial, com destaque para os reflexos de eventuais mudanças na Política de Recursos Humanos da Patrocinadora ITAIPU BINACIONAL sobre as hipóteses adotadas e números resultantes da avaliação atuarial.
- 13) Finalmente, merece ser destacado a existência do Plano de Desligamento Incentivado adotado pela Patrocinadora ITAIPU BINACIONAL que prevê o desligamento de aproximadamente 320 participantes nos próximos 2 anos, mediante concessão dos respectivos benefícios, visto que o perfil da nova massa de participantes que vier a substituí-los poderá indicar necessidade de revisão das hipóteses adotadas.

Rio de Janeiro, 13 de janeiro de 2006.

JOSÉ ROBERTO MONTELLO
ATUÁRIO - MIBA Nº 426



Parecer do Conselho Deliberativo

O Conselho Deliberativo da Fundação ITAIPU-BR de Previdência e Assistência Social – FIBRA, no uso de suas atribuições estatutárias, examinou o Relatório de Gestão e a prestação de contas constituída de: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício e Demonstração do Fluxo Financeiro, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2005, devidamente acompanhados do Parecer da auditoria externa BDO Trevisan, pelo Parecer Atuarial da Consultoria Atuarial Jessé Montello Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda e do Parecer do Conselho Fiscal, deliberando pela aprovação dos documentos mencionados no inciso II do Art. 20, dos Estatutos da FIBRA, relativos ao exercício de 2005.

Curitiba, 20 de fevereiro de 2006.

ANTONIO JOSÉ CORREIA RIBAS
Presidente

JOSE RICARDO DA SILVEIRA
Conselheiro

MARCOS VENÍCIO BENTHER LIMA
Conselheiro

ARIEL DA SILVEIRA
Conselheiro

LUIZ EDUARDO VEIGA LOPES
Conselheiro

ANTONIO CARLOS NANTES
Conselheiro

Parecer do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da FUNDAÇÃO ITAIPU-BR de Previdência e Assistência Social- FIBRA, usando das atribuições que lhes conferem os Estatutos da Entidade, após exame do Balanço Patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2005, e respectivas Demonstrações do Resultado do Exercício e do Fluxo Financeiro, encerrados em 31 de dezembro de 2005, bem como as contas e atos da Diretoria Executiva, relativos ao exercício de 2005, e, embasados nos pareceres da Consultoria Atuarial Jessé Montello Serviços Técnicos em Atuária e Economia Ltda e dos Auditores Independentes BDO Trevisan Auditores Independentes, são de opinião que as aludidas peças contábeis representam adequadamente a posição econômico-financeira da Fundação, merecendo a aprovação do Conselho Deliberativo.

Curitiba, 16 de fevereiro de 2006.

ELIEZER FRYSZMAN
Presidente

ARTHUR DE SOUZA PINTO FILHO
Conselheiro

MARIA LEONOR DE SOUZA
Conselheira

LUIZ FERNANDO TEIGÃO
Conselheiro

Parecer dos Auditores Independentes

Aos Administradores, Conselheiros, Participantes e Patrocinadoras-Fundação Itaipu – BR de Previdência e Assistência Social

- 1) Examinamos o balanço patrimonial da Fundação Itaipu – BR de Previdência e Assistência Social em 31 de dezembro de 2005, e as respectivas demonstrações do resultado e do fluxo financeiro correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. A determinação da composição do exigível atuarial (provisões matemáticas) e dos montantes dos fundos dos programas de investimentos e administrativo foi conduzida sob a responsabilidade dos consultores atuariais externos à entidade, e a nossa opinião no que se refere à adequação dos cálculos atuariais, está baseada exclusivamente no parecer desses consultores.
- 2) Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da entidade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
- 3) Em nossa opinião, baseados em nossos exames e nos pareceres dos atuários quanto adequação dos cálculos atuariais (exigível atuarial e fundos), as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Itaipu - BR de Previdência e Assistência Social em 31 de dezembro de 2005, o resultado de suas atividades e o seu fluxo financeiro correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
- 4) As demonstrações contábeis apresentadas para fins de comparabilidade relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2004, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer sem ressalva e com parágrafo de ênfase relativo ao contrato de parcelamento de dívida com a Patrocinadora decorrente do desfazimento da Operação de Dação em Pagamento de imóveis realizada em 1993, conforme nota explicativa nº 10, em 25 de janeiro de 2005. Tal ênfase não produz nenhuma incerteza nas demonstrações contábeis do exercício corrente.

Curitiba, 30 de janeiro de 2006.

MARCELLO PALAMARTCHUK
Sócio - contador
CRC 1PR049038/O-9

TREVISAN AUDITORES
Independentes
CRC 2SP013439/O-5 “S” PR

Fundação Itaipu - BR

DIRETORIA EXECUTIVA

Margaret Mussoi L. Groff
Silvio Renato Rangel Silveira
Flórcio Medeiros da Costa

Diretora Superintendente
Diretor de Seguridade
Diretor Administrativo e Financeiro

CONSELHO DELIBERATIVO

Antonio José Correia Ribas
José Ricardo da Silveira
Ariel da Silveira
Marcos Venício Benthier Lima
Antonio Carlos Nantes
Luiz Eduardo Veiga Lopes

Presidente
Presidente Substituto

Suplentes

Cristina de A. Maranhão Gomyde
Eunice de Quadros Wilberg
Luiz Carlos Pereira
Emílio Ruiz Gomes

CONSELHO FISCAL

Eliezer Fryszmann
Arthur de Souza Pinto Filho
Luiz Fernando Teigão
Maria Leonor de Souza

Presidente
Presidente Substituto

Suplentes

Ana Maria Garcia Rossi
Henrique Albernaz Cocchiararo
Ingo Juarez Schneider
Luciano do Amaral Martins
Luiz Aparecido de Godoi Salgado
Saul Hirsch

COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Antonio Dílson Pereira
Luiz César Savi
Carim Pydd
Luiz Covello Rossi
Giovanni Leiria da Silva
Sérgio Levy

Coordenador
Coordenador Substituto

Suplentes

Rosimeri Fauth R. Martins
Darli Marques
Luciano do Amaral Martins
José Maria Varassin
Rubens Nogueira



FIBRA
FUNDAÇÃO ITAIPU - BR

Constituição 26/02/1988
Início das atividades 01/04/1988
Reconhecida em 30/11/1988 pela
Portaria n° 4367/MPAS

Rua Comendador Araújo, 551 - 9° andar
CEP 80420-000 Curitiba-Paraná-Brasil
Telefone (41) 3321-4001
Fax (41) 3223-3628
0800 41 4404
www.itaipu.gov.br/fibra
fibra@itaipu.gov.br
Escritório em Foz do Iguaçu:
Centro Executivo da Itaipu
Telefone: (45) 3520-5026